



Caminhos
da Memória

Museu,
Memória e
Cultura
Afro-brasileira



SaberMuseu





Caminhos
da Memória

Museu,
Memória e
Cultura
Afro-brasileira

2018

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Cultura

Sérgio Sá Leitão

**Presidente Substituto do
Instituto Brasileiro de Museus**

Marcos Mantoan

**Diretora do Departamento de
Processos Museais**

Renata Bittencourt

**Diretora do Departamento de Difusão,
Fomento e Economia dos Museus**

Eneida Braga Rocha de Lemos

**Diretor do Departamento de
Planejamento e Gestão Interna**

Denio Menezes da Silva

**Coordenador Geral de
Sistemas de Informação Museal**

Alexandre Cesar Avelino Feitosa

Coordenação de Museologia Social e Educação

Juliana Vilar Ramalho Ramos

Equipe técnica

Cinthia Maria Rodrigues Oliveira

Dalva Oliveira de Paula

Daniilo Alves de Brito

Joana Regattieri Adam

Juliana Vilar Ramalho Ramos

Kim Rafael Lima Carvalho Teixeira de Albuquerque

Marcos Calebe Passos B. Barcellos

Maria das Graças Rocha Gonçalves Silva

Marielle Costa Gonçalves

Mônica Padilha Fonseca

Raquel Fuscaldi Martins Teixeira

Renata da Silva Almendra

Sandro dos Santos Gomes

Thaís Rita Torres de Oliveira

Vitor Rogério Oliveira Rocha

Vivian de Oliveira Cobucci

Pesquisa e elaboração do texto

Maristela Simão

Projeto gráfico e diagramação

Cesar Valente

Revisão

Bruno Aragão

I59

Instituto Brasileiro de Museus.

Museu, memória e cultura afro-brasileira. / pesquisa e elaboração
do texto Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2018.

88p. : il. ; 20,5 cm. – (Caminhos da Memória)

ISBN: 978-85-63078-60-5

1. Museu. 2. Cultura Afro-Brasileira. 3. Memória I. Institu-
to Brasileiro de Museus. II. Maristela dos Santos Simão. III. Título.

CDD 069

Ficha elaborada pelo
Centro Nacional de
Estudos e Documentação
da Museologia

Sumário

APRESENTAÇÃO	5	PARTE 2	32
Museu, um convite à experiência cidadã e multicultural	6	Proposta de conteúdos e atividades	
PARTE 1	8	♦ Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira	
Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira		Apresentação	33
♦ Aspectos Históricos, Políticos e Conceituais		Objetivo	34
Políticas públicas para os museus e as políticas públicas de promoção da igualdade racial	9	Duração indicada	35
Museu, memória e cultura afro-brasileira	23	Público alvo	35
		Ementa	35
		Proposta de Conteúdo Programático	36
		Metodologia e avaliação	38
		Proposta de Atividades	39
		Indicação de filmes	65
		Indicação de leituras	67
		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

Apresentação

Marcos Mantoan

Presidente Substituto do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Tornada possível com o desenvolvimento da plataforma de aprendizagem Saber Museu, a educação a distância representa excelente alternativa encontrada pelo Ibram para atender à grande demanda por formação e capacitação de profissionais atuantes no campo museal brasileiro, eixo programático preconizado pela Política Nacional de Museus.

A criação da ferramenta virtual permite, de forma contínua e ampliada, articular, coletar e divulgar informações, disponibilizar materiais didáticos e realizar parcerias que tornem possível a oferta sustentável de cursos, oficinas,

seminários e outras atividades formativas.

Já experimentado com sucesso em cursos presenciais e sob gestão de equipe pedagógica multidisciplinar, o ambiente virtual do Saber Museu enseja a criação de biblioteca virtual e física que agregue a expressiva produção de conhecimento gerada para a consecução do programa.

A série *Caminhos da Memória* vem ao encontro desta proposta didática e multiplicadora. Neste sentido, seu segundo volume apresenta ao público o tema “Museu, memória e cultura afro-brasileira”, abordando não apenas aspectos históricos, políticos e conceituais, como também propostas de conteúdos e atividades para os interessados no assunto. Boa leitura!

Museu, um convite à experiência cidadã e multicultural

A presente publicação constitui uma grande contribuição para o desenvolvimento da área museal em diferentes sentidos. Em primeiro lugar, ela é uma tradução para a gestão do setor de um conjunto de estudos acadêmicos desenvolvidos por intelectuais, muito deles vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que há anos vem chamando atenção para a necessidade de alargamento das percepções acerca da memória e patrimônio, de modo a abarcar as experiências das populações de origem africana na diáspora.

Em segundo lugar, ele sistematiza experiências exitosas desenvolvidas pelo próprio Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no sentido de democratizar a gestão das políticas de patrimônio e seus esforços para ampliar os atores envolvidos nas definições destas políticas nos diferentes níveis da federação, para além dos especialistas forja-

dos nas universidades brasileiras – um saber competente que, embora qualificado, não pode se tornar a única voz a ser ouvida na definição de uma ação de Estado que impacta na vida de milhões de brasileiros. Isto representa uma significativa mudança de paradigma.

Por último, mas não menos importante, ele é um clássico movimento de verticalização da política pública, de modo a associar gestão de patrimônio e política de promoção de igualdade racial, compromisso firmado pelo governo brasileiro por meio do acolhimento de diferentes documentos internacionais, entre eles a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001) e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2002). Tal entendimento está presente, igualmente, na Constituição Federal de 1988, que define a Cultura como um direito fundamental.

Por meio deste pequeno livro, os diferentes atores do campo poderão não apenas atualizar-se quanto ao contexto histórico, mas compreender a obrigatoriedade de pensar a política de museus e outros espaços de memória de modo a enfrentar o racismo institucional que continua invisibilizando ou folclorizando a memória e a cultura afro-brasileira e africana, promovendo uma ação museal que contribua para a produção de representações sobre o nosso país que se pareçam com seu povo.

Temos um roteiro de trabalho que dialoga com que há de melhor na produção e ação acadêmicas de diferentes regiões do mundo, um caminho, entre muitos possíveis, à disposição de todos aqueles que, no espírito da Constituição Cidadã de Ulisses Guimarães, querem construir uma sociedade mais fraterna e igualitária.

Paulino de Jesus Francisco Cardoso



PARTE 1

Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira

Aspectos Históricos, Políticos e Conceituais

Políticas públicas para os museus e as políticas públicas de promoção da igualdade racial

Nos últimos anos o Brasil tem repensado a relação do Estado com a cultura e com as políticas públicas para o setor, apesar de dificuldades recentes. O país tem seguido na direção da construção de um conceito alargado de cultura e patrimônio, que tire a temática das franjas da atuação governamental e permita o desenvolvimento e a efetivação de políticas de Estado no setor, com apoio institucional e um plano abrangente de atuação. Um dos principais pontos neste sentido é a superação da exclusividade de uma “alta cultura” e da superação do apoio exclusivo a obras e a manifestações artísticas consolidadas, em favor de um conceito que agregue a valorização da diversidade e o suporte ao patrimônio cultural.

Neste novo cenário os museus assumem uma posição de maior destaque e responsabilidade. Com a emersão de

uma museologia mais preocupada com as questões da sociedade e que se desenvolve como ramo científico, muitos museus passam a redimensionar sua atuação e buscar um protagonismo, em especial nas questões de identidade e pertencimento. Também “os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social” (IBRAM, 2010a).

Assim, o que se tem assistido é a ascensão dos museus a instituições de importância nas discussões sobre cultura no Brasil. A ênfase na simples conservação e a velha imagem de um depósito de coisas velhas, que tanto têm assombrado as instituições museais, parecem estar sendo substituídas, paulatinamente, por uma busca por museus dinâmicos e vi-



Museu Afro Brasil.
Exposição "Visões
de um poema
sujo". (Divulgação)



brantes, que ocupem seu lugar nas discussões sobre temas como patrimônio cultural, identidade e diversidade.

Tais discussões ganharam força, na década de 1970, com o Movimento intitulado Nova Museologia, que se solidificou com os documentos construídos em Santiago (1972) e Quebec (1984), além de experiências museológicas que estavam sendo desenvolvidas em lugares como México, Suíça, Canadá, França e Portugal. Esse movimento acabou por causar grandes impactos tanto nas concepções teóricas como nas práticas desenvolvidas no Brasil. O desafio que surgia era construir uma maneira de pensar e desenvolver um fazer museológico que abarcasse as dimensões populares e comunitárias, que levasse a uma nova concepção de patrimônio, de sua preservação e utilização, utilizando-se da museologia como agente de mediação.

Nessa perspectiva, sempre convém lembrar que os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder e de silêncios. É preciso ter em mente que “os museus não são inocentes” (CHAGAS, 1998), que não existem instituições museais neutras, que apenas nos dariam vislumbres do passado, mas que toda ins-

tituição está sujeita a seus interesses e acepções, assim como estão os profissionais que ali desenvolvem suas atividades. Muitos museus estão, continuamente, legitimando ou deslegitimando, valorizando ou depreciando diferentes identidades e culturas.

Neste sentido, pode-se dizer que o museu é um espaço político de disputas de representação, começando pelas representações atribuídas aos objetos pelos próprios técnicos desses espaços culturais, pelos participantes ou não das comunidades onde se encontram inseridos, pelos patrocinadores das exposições e ainda pelos demais públicos que visitam essas instituições. Assim, os museus tanto podem atuar hierarquizando culturas e identidades, quanto contribuindo para colocar em circulação representações alternativas sobre diferentes grupos sociais, étnico-raciais e culturais, sobre suas memórias, histórias e culturas (ZUBARAN; MACHADO, 2013, p. 1).

Destacamos como marco para a consolidação de muitas ações hoje efetivas a Política Nacional de Museus, de 2003, que coroa um processo que buscava elevar a visão que se tinha dos museus e da museologia, amarrando anseios e

ações. Ainda que tenha sido capitaneado pelo Estado e tenha tomado forma em um cenário de desenvolvimento de políticas públicas, a participação da sociedade, com ênfase para instituições museológicas e indivíduos envolvidos na temática, foi fundamental na concepção e execução do plano. Não se trata, deste modo, apenas de uma atividade estatal, mas do reconhecimento de anseios nacionais que há muito estavam sendo construídos. Essa premissa, da participação, deu base à metodologia usada para a formulação da política. Após este processo foi definido como objetivo geral do plano

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Essa máxima também orientou a construção do plano, que se baseou em princípios definidos, os quais

buscavam transpor o objetivo maior para as questões mais práticas, embora ainda complexas e abrangentes, que a área encontrava no país. Assim chegou-se aos seguintes princípios (ver Tabela 1) que, junto ao objetivo, orientam o plano.

Deste modo, a Política Nacional de Museus de 2003, já na sua introdução, ressalta o papel dos museus no reconhecimento de um patrimônio cultural que valorize a diversidade e abarque as diferentes identidades das populações ali representadas. São eles o local de representação do tangível e do intangível, onde a dimensão cultural de processos diversos, e sua relação com outros elementos, é ponto principal. Desse modo, o reconhecimento do pertencimento de diferentes populações a um mesmo nível dentro de suas representações é sinal de respeito aos indivíduos de diferentes origens.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documenta-

ção e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p. 8).

Atualmente, passados quase 15 anos, podemos fazer um balanço mais aprofundado da Política Nacional de Museus, apontando seus avanços, marcos, limites e mesmo retrocessos. A partir dos eixos temáticos analisados separadamente podemos verificar que muito do que se pretendia em 2003 se efe-

Princípios norteadores da Política Nacional de Museus (2003)

1 Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.

2 Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3 Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

4 Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5 Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6 Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7 Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Tabela 1: Princípios norteadores da Política Nacional de Museus (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

tivou, com destaque para implementações do **Instituto Brasileiro de Museus** (Ibram/MinC) e do **Sistema Brasileiro de Museus** (SBM) e a aprovação do **Estatuto Brasileiro de Museus**, que consolida uma legislação própria para a área.

Entretanto, pode-se afirmar que a vontade governamental de regular e apoiar o setor não foi o único motor dessas transformações. Havia, já há algum tempo, uma ebulição científica e cultural que apontava para novos caminhos no fazer museológico. Foi esse apoio e pressão por parte de diferentes atores da sociedade que não só permitiu que se construísse uma legislação e um arcabouço institucional que a apoiasse, mas que exigiu que as diferentes esferas governamentais agissem nessa direção. Ao analisar esta questão, o próprio Ibram reconhece que um dos principais desafios está em fazer chegar aos pequenos e médios museus as políticas da instituição, de modo a dar capilaridade às iniciativas e realmente democratizar o acesso e a atuação do Instituto (IBRAM, 2010a, p. 30).

Ainda nessa perspectiva, Mario Moutinho alerta sobre a necessidade de se repensar essa questão:

A museologia, tal como pensada nesses importantes documentos é grande demais para ser deixada apenas aos museus formais. Essa museologia faz parte da “alfabetização para todos” do séc. XXI. Por isso a PNM no seu todo tem a qualidade de interpelar a sociedade brasileira e a comunidade internacional para a necessidade de enveredarmos por novos rumos. E esses rumos passam pelo direito de participação e de decisão aberto a todos. E esses rumos passam pela reorganização dos Grandes Museus certamente, mas também e, sobretudo, pelo reconhecimento dos pequenos museus, que nasceram e nascem das consciências dos cidadãos, da sua vontade de criar, de organizarem, de intervir no lugar onde vivem e onde trabalham. São museus que manifestam a relação do dia-a-dia de cada um, com a memória, com o esquecimento, com o patrimônio, com a vontade de assumir

o direito de cidadania e de querer mudar o mundo (MOUTINHO, 2004, p. 6).

O Estatuto de Museus, de 2009, também orienta sua organização a partir do reconhecimento do patrimônio, tendo como premissas a valorização da diversidade cultural e a participação das diferentes comunidades. Mesmo tratando da Declaração de Interesse Público de acervos que, de alguma forma, representem “um valor cultural de destacada importância para a Nação”, este interesse deve sempre respeitar “a diversidade cultural, regional, étnica e linguística do País” (BRASIL, 2009b). Do mesmo modo que outras políticas de governo, as direcionadas aos museus têm que se subordinar a uma política de Estado, que reconhece a população do país como diversa e coloca essa diversidade como uma característica a ser valorizada, tendo como alvo, sempre, a contínua e completa inclusão de todos os cidadãos.

Essas diretivas estão consolidadas, também, no Plano Nacional Seto-

rial de Museus, que buscou articular iniciativas e estabelecer metas e perspectivas para os dez anos seguintes a sua elaboração, em 2010. O Plano, assim, articulou-se a partir destas concepções, e também tem sua organização baseada no reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira e da necessidade de sua valorização (IBRAM, 2010b). O Plano se insere em uma iniciativa maior, o Plano Nacional de Cultura, que parte destes mesmos princípios para atuar na cultura brasileira de forma ampla. E que, desde 2014, também está direcionada para a construção de uma Política Se-

Bumba-meu-boi.
Foto: Ita Kirsch (Divulgação)



torial para a Cultura Afro-brasileira, organizada a partir da Fundação Palmares.

Os museus, assim, deixam de ter sobre seus ombros a responsabilidade de representar uma grande identidade nacional, que não deixava frestas para outras interpretações, e podem se dedicar a temas mais específicos. Não se trata mais de ilustrar a Cultura Nacional, com letras maiúsculas, mas de versar sobre aspectos importantes, embora de menor espectro, desta. “De fato, com os aportes teóricos da Nova Museologia, passou-se da concepção de museu como elemento de constituição da identidade nacional, que se pretendia única, homogênea e unívoca, para o museu como espaço de afirmação de outros segmentos sociais” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 14).

Assiste-se, assim, a um crescimento dos museus comunitários, museus populares, museus étnicos, ecomuseus e museus temáticos em detrimento de museus nacionais em várias partes do mundo. No Brasil, exemplo mais contundente desse novo processo museológico se deu com a criação do Museu da Favela, na favela da Maré, cidade do Rio de Janeiro, fruto da reivindicação

dos próprios moradores locais. [...] É o museu, com uma nova prática de memória cidadã, dando visibilidade a grupos étnicos e comunidades tradicionais (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 14).

O alvo referencial destas políticas são os Pontos de Memória e os Pontos de Cultura, programas que reconhecem e estabelecem diálogo e ações com diferentes grupos sociais do Brasil que não têm, tradicionalmente, oportunidades de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. Nesse processo, destaca-se, desde 2009, a parceria do IBRAM com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que vem apoiando ações de memória em todo o país e no exterior, em comunidades populares, através do Programa Pontos de Memória. Esta iniciativa tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvi-

mento de uma política pública de direito à memória, com base nos já referidos Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura (IBRAM, 2015b).

O programa reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. “Com metodologia participativa e dialógica, os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo” (IBRAM, 2015a). O início do programa deu-se em 12 Pontos de Memória, conhecidos como Pontos Pioneiros, espalhados por todo o território brasileiro: Jacintinho (Maceió-AL), Beiru (Salvador-BA), Grande Bom Jardim (Fortaleza-CE), Estrutu-

ral (Brasília-DF), São Pedro (Vitória-ES), Taquaril (Belo Horizonte-MG), Terra Firme (Belém-PA), Coque (Recife-PE), Sítio Cercado (Curitiba-PR), Complexo dos morros do Pavão Pavãozinho e Cantagalo (Rio de Janeiro-RJ), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre-RS) e Brasilândia (São Paulo-SP).

Atualmente, a partir dos editais de premiação Pontos de Memória, de 2011, 2012 e 2014, o programa vem ganhando novo panorama de atuação. Foram identificadas mais de 300 iniciativas e propostas, de diversas tipologias e localidades. Diante desse novo universo, o Ibram vem incentivando a formação de Redes Regionais e Temáticas de Memória e Museologia social, por reconhecer que essas organizações — autônomas, horizontais e de cunho participativo — são capazes de mobilizar e promover o fortalecimento em conjunto de experiências, promovendo a comunicação e ação direta, a troca de saberes e conhecimentos e por, sobretudo, se tornarem instâncias representativas de articulação com o poder público (COUTO, 2015).



Bumba-meu-boi
no Paço Alfândega,
Recife (PE). Foto:
Henrique Vicente

Pontos de Memória – Cultura Afro-Brasileira
Premiados 2011, 2012 e 2014

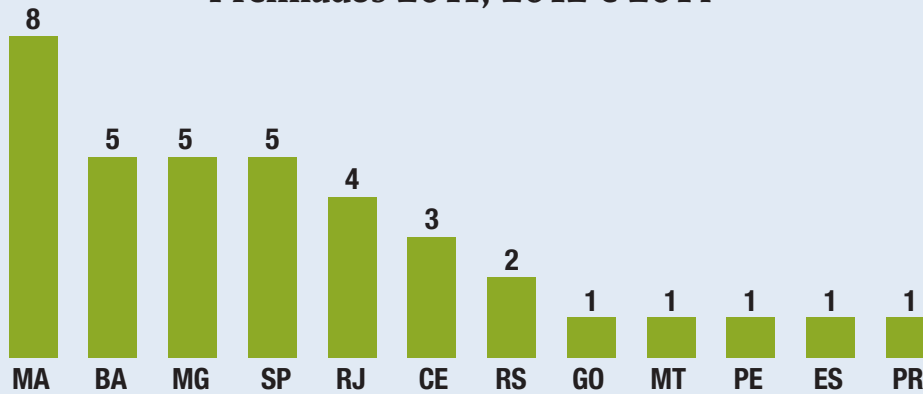


Gráfico 1: Pontos de Memória – Cultura Afro-Brasileira por estado (COUTO, 2015).

Pontos de Memória
 Cultura Afro-Brasileira
**Premiados
 2011, 2012 e 2014**

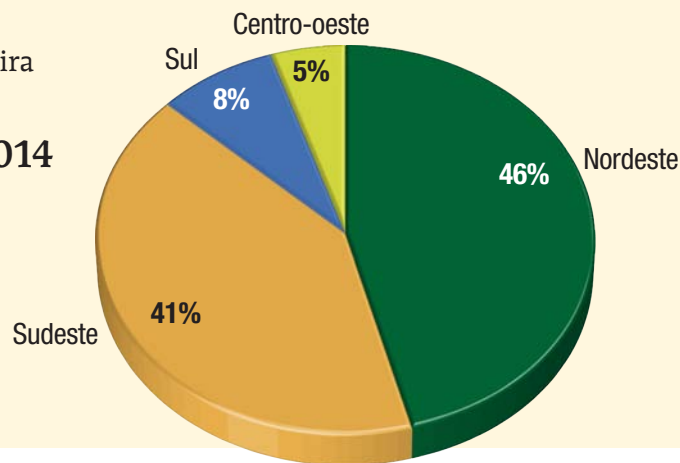


Gráfico 2: Pontos de Memória – Cultura Afro-Brasileira por região (COUTO, 2015).

Dentre os 160 Pontos de Memória classificados nos editais de 2011, 2012 e 2014, 37 foram identificadas como iniciativas que tem como recorte específico a Memória e Cultura Afro-brasileira, distribuídos por vários estados do Brasil, como apontado nos gráficos 1 e 2.

Nessa mesma perspectiva, os Pontos de Cultura, iniciativa que vem desde 2004, com o lançamento do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva, foram uma das principais ações do Ministério da Cultura. O foco do programa é proporcionar a parcelas da população que tradicionalmente têm ficado de fora o acesso a recursos públicos, através de iniciativas que já estejam sendo realizadas em comunidades, grupos em situação de vulnerabilidade social e áreas periféricas.

O programa destina recursos a instituições reconhecidas como “Pontos de Cultura” e permitiu, em seus anos de existência, o reconhecimento de saberes e fazeres antes invisíveis ao poder público. Ao longo dos 12 anos em que o programa tem se desenvolvido há o registro de 2.870 Pontos de Cultura espalhados por todo o território brasileiro e alcançando os mais diversos segmentos da cultura do país, com inserção destacada na construção da valorização da diversidade.

Destes, foram registrados 93 Pontos de Cultura que tratam em suas ações especificamente da temática da memória e cultura afro-brasileira, identificados e cadastrados na base de dados da SCDC/MinC, também distribuídos por vários estados do Brasil, conforme apontado nos gráficos 3 e 4.

Muito embora estas iniciativas pareçam atuais, esforços individuais e dos movimentos negros podem ser percebidos ainda no século XX. Uma das principais iniciativas neste sentido surge a partir de 1950, com os trabalhos de Abdias do Nascimento. Dos trabalhos e discussões do Teatro Experimental do Negro surge a ideia de criação de um Museu de Arte Negra. Durante 18 anos, entre 1950 e 1968, Abdias do Nascimento foi coletando obras de arte de diversos artistas, culminando em uma exposição no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Na oportunidade apresentou o projeto de criação do Museu de Arte Negra, descrito por ele em um artigo publicado em 1968, na revista da galeria de Arte Moderna, do Rio de Janeiro,

Não é e não será o Museu de Arte Negra um órgão de acumulação ou depósito de um arquivo morto. Sob o critério da seleção estética, informado de Negritude,



Gráfico 3: Pontos de Cultura – Culturas Afro-Brasileiras por estado (SCDC/MINC, 2015).

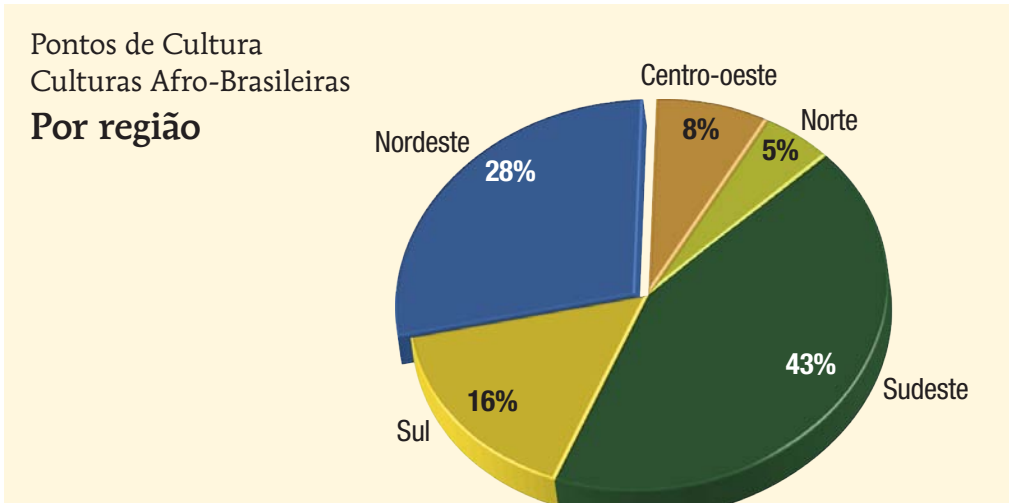


Gráfico 4: Pontos de Cultura – Culturas Afro-Brasileiras por estado (SCDC/MINC, 2015).

mas, fundamentalmente sujeito às imposições do humanismo, o MAN não se limitará ao campo exclusivo das artes plásticas. Será instrumento de pesquisas no amplo e vasto universo cultural afro-brasileiro. Aberto a todas as colaborações, desdenhará, entretanto, a incompreensão surda e muda dos conselhos de cultura, esterilizado na burocracia, prematuramente fenecidos no seu academismo original, ignorando que o típico, o autêntico, os significativos e específicos da arte brasileira vêm, indubitavelmente da emoção, da sensibilidade do negro traduzidas em sua manifestação viva de arte, nos seus produtos culturais e estéticos densos de fascinação e amor (NASCIMENTO, 2015).

E, apesar de todos os esforços, o Museu de Arte Negra nunca saiu do papel, ficando o acervo sob a guarda de Abdias do Nascimento, que continuou colecionando e, também sob a influência de artistas próximos, dedicou-se à elaboração de obras de sua autoria. Este acervo encontra-se atualmente no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Seguindo-se ao Museu de Arte Negra, outras iniciativas foram construídas dentro da temática. Atualmente encontram-se registrados no Cadastro de Museus do Ibram, de um to-

tal de 3.600 instituições, 31 museus com recorte específico sobre a cultura e memória africana e afro-brasileira. Entre estas instituições podemos destacar: Museu do Negro (Rio de Janeiro/RJ), Museu da Abolição (Recife/PE), Museu Afro-Brasileiro (Laranjeiras/SE), Museu Afro-Brasileiro da UFBA (Salvador/BA), Museu Afro Brasil (São Paulo/SP).

Embora a busca por uma representação e uma valorização da arte africana e afro-brasileira dentro destes espaços seja um objetivo já há muito tempo perseguido, ainda não foi possível se desvencilhar totalmente do mito de uma democracia racial e da ideia de um passado legítimo escravocrata e negacionista. Esse cenário está muito bem expresso na maneira como é hierarquizado o patrimônio cultural das diversas populações. Ainda que haja uma certa celebração, dentro do que o imaginário nacional classifica como cultura popular, de manifestações culturais das populações percebidas como de origem africana, tradicionalmente não recebem a mesma atenção e o mesmo prestígio das manifestações que remetem à Europa. Muitas vezes há, assim, um perceptível desprestígio, que relega tais manifestações a palcos exclusivos, afastado das grandes sínteses nacionais.

“Em verdade, muitos deles são até hoje expostos como troféus nos museus da polícia, como acontece no Rio de Janeiro. Outros encontram-se expostos em museus associados às irmandades católicas” (SANTOS, 2004, p. 9).

Com essa mesma abordagem, Marcelo Cunha alerta para a complexidade das discussões sobre a temática:

Esta discussão deve ser conduzida através da análise de que modo, ao longo dos tempos, determinadas categorias e ideias contribuíram para o processo de preservação, distorção ou exclusão destas culturas, refletindo-se sobre o Patrimônio e sua importância enquanto elemento norteador de identidades e construção de imagens sobre nações e memórias daí recorrentes, pensando ainda nas imagens e conceitos como norteadores das políticas patrimoniais. Nesse contexto, devemos identificar quais são os espaços de memórias relativos às culturas africanas e afro-brasileiras entre nós, quais as estratégias utilizadas até então para a preservação ou mesmo a negação das referências acerca da participação do negro na formação da ‘cultura nacional’, da ‘sociedade brasileira’, suas ideias, seus traços definidores e essenciais (CUNHA, 2003, p. 273-274).



Maracatu Rural em Serra Talhada, PE. No IX Encontro das Culturas Populares e Tradicionais, em novembro de 2015. Foto: ASCOM/MinC



Festa de São João de Caruaru, PE, em 2017. Apresentação do Boi Tira-Teima, do Mestre mamulengueiro Sebá. Foto: ASCOM/MinC

Museu, memória e cultura afro-brasileira

Certamente a sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos que a caracterizam, em termos culturais, como uma das mais ricas do mundo. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades e discriminações, especificamente quando tratamos das populações de origem africana e indígena e outras chamadas minorias, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político, cultural e social.

Desde a virada do século, no entanto, como em outras questões já citadas, vale ressaltar que o Brasil tem concentrado esforços no sentido de remediar esse processo a partir da construção de políticas públicas específicas para esses segmentos, além de várias iniciativas que contemplem os direitos dessas populações. Entretanto, pensar essas políticas, suas aplicações e implicações na sociedade passa por diversos embates e debates, com diversos interesses. Esses debates ainda, por vezes, ficam apenas em

níveis teóricos, e não chegam necessariamente à base ou têm a oportunidade de serem aplicados, seja nas instituições específicas ou nos espaços mais amplos para os quais as políticas foram pensadas.

Pesquisadores, ativistas e educadores, assim, vêm pautando suas ações no sentido de implementar políticas públicas em busca de igualdade e respeito à diversidade. A luta antirracista se dá em diversos cenários. É necessário perceber que atitudes e comportamentos, em especial nos meios de comunicação, espaços culturais, museus e escolas, são potentes ferramentas para a propagação das ideias.

Nessa perspectiva, um aporte legal dá base a essas políticas no que tange às populações de origem africana no Brasil: a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as unidades de educação (BRASIL, 2003).

Dentro deste esforço, ganha destaque a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em julho de 2010, que tem como objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). Para Heloisa Buarque de Holanda,

Um dos efeitos da chamada “democracia racial brasileira” foi a folclorização das manifestações culturais afro-brasileiras, sua cristalização num passado distante e a-histórico e o apagamento de suas contribuições para a cultura e história afro-brasileiras. Esse ocultamento da diversidade étnico-racial brasileira impediu que a comunidade afro-brasileira tivesse acesso às suas memórias, à sua história e ao seu patrimônio (ZUBARAN; SILVA, 2012, p. 132).

Esse cenário de invisibilização e segregação, assim, é percebido diretamente no campo do patrimônio cultural. A partir da abrangência destas práticas, grande parte deste patrimônio acaba por se construir e se alicerçar em processos desiguais, sendo muitas vezes excluído dos registros e das iniciativas de

apoio governamentais. Como resultado temos, muitas vezes, dentro da museologia e dos museus nacionais, a presença destas populações apenas no aspecto passivo e/ou negativo, como em situações de submissão ou escravidão. A partir dos movimentos sociais e das lutas pela igualdade, no entanto, a memória de populações de origem africana tem sido, ainda que a passos curtos, incorporada à memória e história nacional, incluindo-se aqui o próprio movimento por essas conquistas (FREITAS, 2005).

Esse processo de reconhecimento e valorização da diversidade dentro das políticas de preservação do patrimônio é um importante indicador da maneira com a qual as questões de identidade são tratadas no país, passo fundamental e inescapável no caminho de construção de uma democracia cada vez mais robusta e abrangente. Para Fonseca,

Reconhecer em que ponto essas políticas se encontram no Brasil é delinear um quadro claro dos avanços e lacunas que envolvem a questão da identidade nacional, em especial no caso da cultura afro-brasileira. Hoje, quando se firma entre nós o conceito ampliado de patrimônio, salta aos olhos como

Esse cenário de invisibilização e segregação, assim, é percebido diretamente no campo do patrimônio cultural

Judith Jamison em
"Revelations", de Alvin
Ailey. Museu Nacional de
História e Cultura Afro-
Americana. (Divulgação)



a imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos no Brasil, ainda estaria longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (CASTRIOTA; RESENDE, 2010, p. 199).

É nesse viés que construímos o presente. Compreendemos que o cenário de reconhecimento e construção de políticas sobre o patrimônio sofre um pro-

cesso de transformação, que deve ser incentivado e aprofundado se quisermos colocar em posição de igualdade as diversas origens da população brasileira. As políticas públicas de ação afirmativa, participação das comunidades e alargamento da visão nacional de patrimônio cultural são passos de grande importância nesse caminho de um Brasil capaz de se reconhecer em suas manifestações, e que contemple e incentive a valorização da diversidade que foi, e continua sendo, marca principal de sua formação cultural, social e política.

No âmbito dos museus, as ações afirmativas implicam o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e a construção de novos projetos museais e expositivos que respondam ao silêncio e à exclusão com que a memória e a história dos afrodescendentes têm frequentemente sido tratadas nos museus brasileiros. De outro lado, a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas constituem-se em um tema que interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que contribuem na desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais, no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial (MACHADO, 2013, p. 11).

Se buscarmos uma gênese da ideia de patrimônio cultural no Brasil e sua história de exclusão e inclusão, ou busca por afirmação de identidades, iremos perceber que, em relação às populações de origem africana, sempre foi negado, ou pelo menos invisibilizado, o direito ao

Durante muito tempo, essas populações tiveram negado o protagonismo histórico, entrando no passado da nação apenas enquanto peças subordinadas da empresa escravista.

patrimônio. Durante muito tempo, essas populações tiveram negado o protagonismo histórico, entrando no passado da nação apenas enquanto peças subordinadas da empresa escravista.

A grande mudança, que se deu já nos primeiros anos do século XXI, foi o reconhecimento de seu protagonismo e a aceitação de que seu lugar no passado era ocupado por indivíduos, sujeitos autônomos ainda que, por vezes, escravizados. Assim, até meados do século XX, as populações de origem africana tinham

suas manifestações culturais, quando não ligadas diretamente à experiência do cativo, desconsideradas e invisibilizadas, além de, quando possível, fisicamente destruídas ou legalmente proibidas.

Não há, evidentemente, preocupações sobre o patrimônio e a cultura afro-brasileira ao longo período de que se estende ao longo do século XIX e início do século XX. Diante desse contexto histórico, podemos compreender as dimensões dos processos de negações que decorrem no futuro imediato, uma vez que, para considerar-se a relevância de um bem patrimonial, temos que necessariamente elevar seu significado no passado, remetendo-o para o futuro. Nesse caldeirão de efervescência social, os debates acerca dos conceitos de raça e dos destinos da população negra ex-escrava são centrais. (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 68).

A principal inovação na questão do patrimônio foi uma ampliação no próprio conceito, que superou a limitação da “pedra e cal” e passou a abarcar conceitos mais amplos. O reconhecimento da ideia de patrimônio imaterial, por exemplo, deu condições a manifestações não monumentais, e em especial de grupos mais afastados do poder – político e econômico – do Estado, de reconhecer e registrar manifestações que reputassem importantes.

É através de mudanças legais que essas novas interpretações vão se solidificar e ganhar alcance. Na própria Constituição Federal de 1988 já surge o reconheci-

mento da necessidade de garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”. É um passo fundamental no sentido de levar a identidade e a história nacionais para além dos grandes vultos, buscando ampliá-las de modo que alcancem toda a população.

Mas talvez uma das grandes vitórias nessa caminhada seja o decreto 3.551/00, que institui o registro de bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro. Esse decreto leva o patrimônio para além das fortalezas e palácios e permite que cada comunidade reconheça como importante em sua formação a manifestação que reputar significativa. Como efeito deste reconhecimento, também, ocorre uma valorização dos sujeitos envolvidos na construção, manutenção e reiteração no tempo destas manifestações e de seus saberes e fazeres. Para além das implicações legais, o reconhecimento como patrimônio atua na valorização, perante a comunidade, dos indivíduos envolvidos na manifestação, o que acaba por servir, também, à preservação e difusão do patrimônio cultural.

Antes dessas mudanças, algumas poucas iniciativas alcançaram êxito em reconhecer manifestações destas populações. São,



Ofício dos Mestres de Capoeira. Fototeca IPHAN. Foto: Eduardo Monteiro

no entanto, exceções que confirmam a regra, e as resistências ao seu reconhecimento ilustram bem os obstáculos existentes. No ano de 1986, dois anos antes da Constituição, foi tombado o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, importante centro religioso considerado um dos mais antigos do país. Mas, mesmo com a sua inegável importância, a decisão sobre seu tombamento estava longe de encontrar unanimidade. “O Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros consideravam desproposital e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa” (VELHO, 2006, p. 237).

Também em 1986, foi tombada a Serra da Barriga, região onde se desenvolveu o Quilombo dos Palmares, outro local de grande importância nas lutas antirracistas. Essas iniciativas se deram a partir da mobilização da população, em especial de movimentos negros, mas, apesar de terem atingido seus objetivos, apenas tornaram mais evidente a necessidade de desenvolver novas interpretações sobre a definição de patrimônio cultural e a maneira que o país com eles se relacionava.



© Museu H. Martins FCC

Podemos entender o Patrimônio Histórico como mais que um testemunho do passado: é um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, expressas em grande parte pela herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença, sua marca no fazer histórico da sociedade [...] Aqui, os enfoques que o patrimônio tem encontram com a memória e lhe dão sentido, na medida em que expõem no território o conflito das identidades que lutam para se firmar enquanto mecanismos ideológicos, que objetivam a disputa do poder e têm nos direitos culturais um amparo legal (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 86).

Exposição “Vozes que Pulsam: Memória e cultura Afro-brasileira em Santa Catarina”. Museu Histórico de Santa Catarina. Foto: Márcio H. Martins/FCC

As lutas pelo reconhecimento legal e social de direitos buscam, assim, reconhecer nas populações de origem africana e em suas manifestações culturais parte integrante e fundamental da identidade brasileira. São, deste modo, um passo necessário para permitir iguais direitos a todos os grupos sociais. Se trata, antes de tudo, de reconhecer a população brasileira como um corpo mais diverso do que tradicionalmente se tem feito, e de perceber o papel que o Estado deve desempenhar neste processo.

Ainda assim, analisando as políticas de Museus e de Promoção de Igualdade Racial, nos parece que ainda há pouca articulação. Como observamos nos vários documentos analisados, a premissa básica de valorização da diversidade cultural aparece como base em todos os documentos e propostas. Entretanto, quando falamos de Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira, apenas em 2013 uma ação articulada de grande abrangência foi efetivada.

Assim, em 2013, essas políticas se encontraram durante a 7ª Primavera dos Museus. A iniciativa agregou atividades de museus de todo o país entre os dias 23 e 29 de setembro e buscou levar o tema

“Museus, memória e cultura afro-brasileira” para todos os museus participantes. A ação juntou 2.600 eventos em 884 museus, incluindo os 30 museus do Ibram. Muitos destes museus observaram, pela primeira vez, manifestações da cultura africana e afro-brasileira em seus acervos, em um importante exercício de reconhecimento da presença destas populações em suas comunidades.

Nesse cenário, o Ibram realizou em caráter experimental, em 2016, — a partir da metodologia do Programa Pontos de Memória e de experiências de iniciativas anteriores já oferecidas pelo Ibram, com destaque para Oficina “Museu, Memória e Cidadania” e da Oficina de Inventário Participativo — a Oficina “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira”, realizada na sede do órgão, em Brasília/DF, para Pontos de Memória que têm como foco principal de suas ações a Cultura e Memória Afro-brasileira. Outra ação, também em caráter piloto, surgiu de uma parceria com o Sistema Estadual de Museus da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina, culminando em um curso de aperfeiçoamento para profissionais que atuam

em museus, Pontos de Cultura e Pontos de Memória no estado de Santa Catarina, com caráter semipresencial, com oficinas presenciais e atividades a dis-

tância, com duração de quatro meses, e que também foram apresentados virtualmente na Plataforma do Programa Saber Museus.

Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial

Ano	Museus	Promoção da Igualdade Racial
2003	Política Nacional de Museus	Política de Promoção da Igualdade Racial
	Criação do DEMU	Criação da SEPPIR
	1ª Semana de Museus	Aprovação da Lei 10.639/03
2004	Sistema Brasileiro de Museus	1ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	1º Fórum de Museus	1ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
2006	Cadastro de Museus	
2007	1ª Primavera de Museus	2ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
		Cadastro de Comunidade Quilombolas (Fundação Palmares)
2009	Criação do Estatuto de Museus	Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	Criação do Ibram	
2010	Plano Nacional de Cultura	Estatuto da Igualdade Racial
	Plano Setorial de Museus	
	Guia de Museus	Sistema de Promoção de Igualdade Racial
	Pontos de Memória	
2011	Museu em Números	
2012		Lei de Cotas
2013	7ª Primavera de Museus: Museu, Memória e Cultura Afro	
		3ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
2014		Plano Setorial de Cultura Afro – Fundação Palmares

Tabela 2: Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial (SIMÃO, 2015)

No entanto, é bem verdade que essas iniciativas, pontuais, estão longe de trazer para dentro dos museus a discussão de forma permanente e crítica. Outras ações devem ser articuladas no plano da prática museológica. As preocupações com os museus e com a promoção da igualdade podem e devem estar relacionadas a todos os níveis da educação. Destacamos os cursos de graduação em Museologia, nos quais a inclusão de disciplinas sobre cultura e história africana e afro-brasileira, relações étnico-raciais e mesmo sobre outros grupos que representem a diversidade cultural do Brasil, como indígenas e ciganos, assim como relações de gênero e temas como machismo, homofobia e outras formas correlatas de discriminação e preconceito, temas latentes na nossa sociedade, ainda não são incluídas de forma sistêmica nos nossos currículos. Parcerias com outras instituições, como Sistemas de Museus estaduais e municipais, universidades, com os cursos de museologia, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e outros que tratem da memória e do patrimônio podem contribuir para qualificar as discussões, efetivar políticas e potencializar ações.

Podemos apontar, assim, a importância de uma profunda articulação entre as políticas públicas para a área de cultura. As iniciativas tanto na área museológica como na área de combate ao racismo e à discriminação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente de sua formação e de sua trajetória, e de uma realidade de inclusão e de valorização da diversidade.

Em um país da dimensão do Brasil, tanto geograficamente como em população, a construção de identidades que abarquem diversas origens é fundamental. Não há como pensarmos um futuro digno e justo para o país que não inclua o avanço constante no combate a estas questões. A análise da situação em que estamos e do caminho que percorremos até ela deixa claro que muito se avançou, mas também que estamos muito longe do final do caminho. Deste modo a necessidade de construção destas políticas permanece premente e novos avanços dependem da avaliação das iniciativas já executadas e do reconhecimento da necessidade de um trabalho amplo, contínuo e permanentemente reavaliado, sempre com a participação efetiva das comunidades envolvidas.

PARTE 2

Proposta de conteúdos e atividades

Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira

Apresentação

O Ibram, no âmbito do Programa Pontos de Memória e em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos Para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), desde 2009 implementa o Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil. O projeto tem como objetivo atualizar, aperfeiçoar e apoiar metodologias e instrumentos voltados para a ampliação e consolidação de ações relativas ao campo museal para as comunidades que atuam com memória social no país. Entre os resultados esperados estão a formulação de um plano de capacitação em rede que promova a construção de conhecimentos, de modo colaborativo, entre os pontos, iniciativas e redes de memória e museologia social.

É na perspectiva de aprimorar e consolidar o desempenho dessa atividade que se propõe uma metodologia sob o tema Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, tendo por objetivo promover um

processo de educação colaborativa que trate de questões sobre museu, memória, cultura e patrimônio afro-brasileiro a partir, principalmente, de questões contemporâneas.

A proposta procura focar na função social dos museus e da museologia e sua interface com a história e cultura africana e de sua diáspora nas diversas instituições que tratam sobre o patrimônio afro-brasileiro, envolvendo e estimulando iniciativas e o protagonismo social de atores que tratem da temática na elaboração e na gestão das políticas públicas, socializando e discutindo metodologias, meios e insumos necessários para pesquisar, registrar, preservar e difundir iniciativas culturais sobre patrimônio afro-brasileiro. Pretende, também, discutir questões que tratem da memória enquanto elemento constitutivo do patrimônio e da construção de representações e de identidades sociais, além de compreender a importância da preservação do patrimônio afro-brasileiro como estratégia de construção de políticas públicas de promoção da igualdade racial e

ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Assim, essa proposta de oficina está organizada em 3 unidades, com 5 módulos que se completam nos eixos de discussão Museu, Memória, Cultura, Patrimônio, Políticas Públicas e Afro-Brasileiros. Prevê encontros presenciais, privilegiando o processo colaborativo de ensino e aprendizagem a partir de dinâmicas de grupo que, além da interação, buscam a troca de experiências a partir das socializações, articuladas a aulas expositivas dialogadas. Deste modo, cada módulo temático propõe atividades em grupo com os conceitos a serem discutidos e indicação de leituras e vídeos, que deverão ser organizados previamente pelo mediador antes dos encontros. Quanto ao processo avaliativo, propõe-se uma avaliação diagnóstica, processual e participativa, a fim de qualificar ainda mais as ações e as discussões sobre Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira.

Objetivo

Promover o processo de educação colaborativa referente às questões Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, envolvendo e estimulando iniciativas e o protagonismo social dos Pontos de Memória que tratem da temática, socializando e discutindo metodologias, meios e insumos necessários para pesquisar, registrar, preservar e difundir iniciativas culturais sobre patrimônio afro-brasileiro, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro na cultura nacional, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações.





Duração indicada

- Três encontros presenciais, para discussão das Unidades I, II e III. Totalizando 5 módulos temáticos complementares.
- Encontros com pelo menos quinze dias de intervalo, possibilitando que as atividades propostas possam ser melhor trabalhadas.
- Dois dias para cada Unidade de ensino, totalizando 60 horas.
- Cada encontro poderá ser realizado em instituições diferentes, propiciando trocas de experiências entre os participantes, ficando cada instituição responsável pela apresentação e organização de uma visita pela comunidade.

Público-alvo

- Pontos de Memória e Pontos de Cultura e outras instituições

museológicas que tratem a temática Afro-Brasileira.

- Agentes culturais e gestores públicos e privados que tratem do patrimônio e de iniciativas de caráter museológico na região.

Ementa

Debater questões relacionadas a museu, museologia, memória, cidadania, cultura e patrimônio a partir de questões contemporâneas, focando na função social dos museus e da museologia e sua interface com história e cultura africanas e de sua diáspora nas diversas instituições que tratam o patrimônio afro-brasileiro. Discutir questões que tratem da memória enquanto elemento constitutivo do patrimônio e na construção de representações e de identidades sociais. Compreender a importância da preservação do patrimônio afro-brasileiro como estratégia de construção de políticas públicas de promoção da igualdade racial e outras políticas de combate ao racismo e à discriminação.

"Afrikanska kulturföremål"
(Artefatos Africanos)
Desenho de Gustav Mützel, 1876.

Proposta de Conteúdo Programático

UNIDADE I

Módulo I Museu, Memória e Cidadania

- ♦ Conceitos de memória, lembrança, história.
- ♦ Conceitos de cultura, diversidade cultural e patrimônio, em suas várias dimensões: natural, material, imaterial, histórico, artístico e cultural.
- ♦ Definição de museu, museologia, museologia social, cidadania.
- ♦ Marcos referenciais da museologia e legislação de museus brasileiros.
- ♦ Pontos de Memória e Pontos de Cultura e outros processos de caráter participativo e museológico.

Módulo II Inventário Participativo

- ♦ Tipos de inventário e inventário participativo.
- ♦ Técnicas e metodologias de pesquisa, registro e divulgação.
- ♦ Referências patrimoniais e categorias de registro e análise.
- ♦ Metodologia de Inventário Participativo apresentadas pelo Ibram e Iphan.
- ♦ Propostas e exemplos de Inventários Participativos.

UNIDADE II

Módulo III Memória, História e Cultura Africana e Afro-brasileira

- ♦ Conceitos: identidade, diáspora africana, raça, racismo, relações étnico-raciais, afrodescendência, diversidade, multiculturalismo.
- ♦ Introdução à História da África: aspectos geográficos, políticos, sociais, religiosos, históricos, culturais e artísticos. Questões sobre a diáspora e seus reflexos nas sociedades ocidentais.
- ♦ Introdução à História e Cultura Afro-brasileira: colonização europeia, cativo, identidades, solidariedades, religiosidades e resistências.
- ♦ Lugares de Memória/Cultura e Patrimônio Afro-brasileiro:

Quilombos, religiões de matriz africana, capoeira, irmandades e confrarias, congadas, reizados, samba de roda, escolas de samba, culinária e outras expressões e manifestações culturais locais.

Módulo IV Políticas Públicas e População Negra no Brasil

- ♦ Políticas públicas para a população Afro-brasileira.
- ♦ Museus Afros/Pontos de Memória e Cultura/Redes.
- ♦ Editais de fomento específicos para o segmento.
- ♦ Propostas de plano de ação e cronograma de trabalho para ser desenvolvidos na instituição.

UNIDADE III

Módulo V Expografia, narrativas e representação

- ♦ Museologia, Museografia, Expografia.
- ♦ Análise de discurso, narrativas expográficas e representação.
- ♦ Técnicas expositivas e recursos expográficos, como suporte, forma, cor, som, iluminação, textura, imagem, texto e outras representações cenográficas.
- ♦ Projeto expográfico: Concepção, planejamento, execução.
- ♦ Exposições sobre a temática Cultura e Memória Africana e Afro-brasileira.

Metodologia e avaliação

Encontro presencial privilegiando o processo colaborativo de ensino-aprendizagem a partir de dinâmicas de grupo, que além da interação busquem a troca de experiências a partir das socializações, articuladas a aulas expositivas dialogadas. Avaliação diagnóstica, processual e participativa.

- Rodas de conversas para construção coletiva dos conceitos e metodologias que serão utilizados durante a oficina.
- Uso de dinâmicas de grupo que proporcionem a interação e troca de experiência entre os participantes.
- Aula expositiva dialógica presencial, com apresentação sintética de todo o conteúdo a ser debatido.

- Leitura de texto, utilização de imagens e vídeos.
- Visitas, identificação e registro por meio de fichas de inventário do patrimônio cultural local.
- Elaboração de plano de trabalho.
- Avaliação constante, individual e coletiva, dos participantes.

Tratando-se de processo de educação colaborativa, é sabido que a metodologia poderá e deverá sofrer acréscimos ou alterações, a fim de que a oficina se aproxime ao máximo possível da realidade vivenciada pelos participantes e dos pactos estabelecidos ao longo do processo.

Proposta de Atividades

UNIDADE I

Módulo I

Museu, Memória e Cidadania

- Apresentação do grupo e da proposta de trabalho.
 - Apresentação da Plataforma Programa Saber Museus/Ibram.
 - Discussão de conceitos como memória, lembrança, história.
 - Discussão sobre cultura, diversidade cultural e patrimônio em suas várias dimensões: natural, material, imaterial, histórico, artístico e cultural.
 - Discussão de conceitos: Museu, Museologia, Museologia Social, Cidadania.
 - Pontos de Memória e Pontos de Cultura e outros processos de caráter participativo e museológico.
- Ponte para o próximo encontro**
Elaborar uma breve biografia de uma personalidade negra da comunidade (escrita ou em vídeo)

Material de referência e apoio

Material produzido pelo Ibram/Programa

Pontos de Memória:

Documentos técnicos produzidos pela Consultoria Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural – 2013/2014.

Autor: Inês Gouveia / Ibram

Material produzido pelo Museu da Pessoa e SENAC/SP:

“Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local”. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008.
Autor: Immaculada Lopez

Dinâmica de grupo 1

Construir linha do tempo individual e coletiva

1. Distribuir, entre os participantes do grupo, papel, canetas coloridas e imagens (podem ser revistas, jornais e xerox de fotografias antigas).
2. Pedir para que cada pessoa faça a linha do tempo de sua história a partir de um grupo de questões, com a possibilidade de usar as cores, as imagens e desenhos para ilustrar a produção.
3. Da linha individual, pode-se partir para a construção da linha do tempo coletiva. Formar grupos de três a cinco participantes.
4. Cada cronologia produzida pode ser socializada e entendida como um novo “documento”, que merece ser preservado como fonte da história do grupo. Portanto vale a pena identificá-lo, imaginando que outras pessoas poderão consultá-lo.

O que é memória?

A memória pressupõe registro – ainda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Ela é, por excelência, seletiva. Reúne as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. “A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade” (LOPES,2008,p. 33).

O que é história?

Toda história é sempre uma narrativa organizada por alguém em determinado tempo e implica uma seleção. Essa construção ocorre, invariavelmente, no presente, por um ou mais autores. “Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula” (LOPES,2008,p. 33).

O que é história de vida?

Podemos definir história de vida como a narrativa construída a partir do que cada um guarda seletivamente em sua memória. Ela corresponde a como organizamos e traduzimos para o outro parte daquilo que vivemos e conhecemos (LOPES,2008,p. 37).

O que é memória individual?

Cada pessoa carrega dentro de si suas vivências, impressões, acompanhadas de suas aprendizagens. Não guarda tudo, pois a memória é sempre seletiva. Vale ressaltar que os critérios do que é significativo ou não resultam do espaço e do tempo em que se vive. A história de cada um contém a história de um tempo, dos grupos a que pertence e das pessoas com quem se relaciona (LOPES,2008,p. 32).

O que é memória coletiva?

É o conjunto de registros eleitos pelo grupo como significativos, que estabelece sua identidade, seu jeito de ser e viver o mundo e decorre dos seus parâmetros históricos e culturais. A possibilidade de compartilhar dessa memória é que dá a cada um o senso de pertencimento. Trata-se de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo (LOPES,2008,p. 32).

Indicação de leitura

- ♦ “Guilherme Augusto Araújo Ferreira”, de Mem Fox.
- ♦ “Funes, o memorioso”, de Jorge Luis Borges.
- ♦ “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg.
- ♦ “Sobre História”, de Eric Hobsbawm.

Dicas de filmes e vídeos

- ♦ “Depois da Vida” (Hirokazu Koreeda, 1998)
- ♦ “A Inventariante” (Patricia Francisco, 2010)
- ♦ “Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história” (Adichie, 2009)
- ♦ “Uma vida iluminada” (Liev Schreiber, 2005)
- ♦ “Cinema Paradiso” (Giuseppe Tornatore, 1988)
- ♦ “Meia noite em Paris” (Woody Allen, 2011)

Dinâmica de grupo 2

Construir mural de conceitos e expressões

1. Distribuir, entre os participantes do grupo, pequenos retângulos de cartolina colorida e canetas coloridas.
2. Pedir para que cada pessoa escreva no retângulo conceito ou expressões que associem a patrimônio cultural.
3. Colar os papéis na parede ou outro lugar visível, formando um painel de conceitos para iniciar a discussão.
4. Cada participante pode socializar o conceito escolhido e no decorrer da discussão pode incluir outros no mural.

Cultura

Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002, p. 1).

Patrimônio

O conceito de patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. Podemos dizer que patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. O patrimônio pode ser classificado em histórico, cultural e ambiental (CCSH/UFMS, 2016).

Patrimônio Histórico

É o conjunto de bens que contam a história de uma geração através de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios,

armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos (CCSH/UFSM, 2016).

Patrimônio Cultural

É o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas. O patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural – Declaração de Caracas, 1992 (CCSH/UFSM, 2016).

Patrimônio Ambiental ou Natural

É a inter-relação do homem com seus semelhantes e tudo o que o envolve, como o meio ambiente, fauna, flora, ar, minerais, rios, oceanos, manguezais, e tudo o que eles contêm. Esses elementos estão em contato com o homem

e acabam interagindo e interferindo no seu cotidiano (CCSH/UFSM, 2016).

Patrimônio Material e Imaterial

Podemos dizer que patrimônio material são os aspectos mais concretos da vida humana, e que fornecem informações sobre as pessoas. Cultura material é o mesmo que objeto ou artefato. Podem ser tombados.

Patrimônio imaterial é o conjunto de manifestações populares de um povo, transmitido oral ou textualmente, recriado e modificado ao longo do tempo. Pode ser registrado (CCSH/UFSM, 2016).

Diversidade Cultural

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e

de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 2).

Cidadania

A cidadania é o conjunto de direitos e deveres civis, políticos e sociais que cada cidadão deve exercer. Exercer a cidadania significa conscientizar-se de seus direitos e deveres para lutar para que a justiça possa ser colocada em prática. No Brasil, os direitos e deveres do cidadão são estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Museu

“Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009b).

Pontos de Memória

O Programa Pontos de Memória tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Com metodologia participativa e dialógica, os pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo (IBRAM, 2016).

Museologia

Disciplina que tem por objeto o estudo de uma relação específica do homem com a realidade, ou seja, do homem/sujeito que conhece com os objetos/testemunhos da realidade, no espaço/cenário museu, que pode ser institucionalizado ou não. Nas últimas décadas, com a renovação das experiências no campo da Museologia, o entendimento corrente de que se trata da ciência dos museus, que se ocupa das finalidades e da organização da instituição museológica, cede lugar a novos conceitos além do descrito acima, tais como estudo da implementação de ações de preservação da herança cultural e natural ou estudo dos objetos museológicos (CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009, p. 31).

Indicação de filmes e vídeos

- ♦ “Não há tempo para o amor, Charlie Brown” (Bill Melendez, 1973)
- ♦ “Uma noite no museu” (Shawn Levy, 2006)
- ♦ “Mister Bean, o filme” (Mel Smith, 1997)
- ♦ “Museologia do Afeto” (MINOM, 2013)

Módulo II

Inventário Participativo

Socialização

Breve biografia de uma personalidade negra da comunidade.

- Discussão sobre os diversos tipos de inventário e inventário participativo.
- Apresentação de técnicas e metodologias de pesquisa, registro e divulgação.

- Metodologia Inventário Participativo apresentada pelo Ibram e Iphan.

- Propostas e exemplos de Inventários Participativos.

Ponte para o próximo encontro

Elencar o que considera patrimônios afro-brasileiros na comunidade.

Material de referência e apoio

Material produzido pelo Ibram/Programa Pontos de Memória:

Documentos técnicos Consultoria Inventário Participativo – 2013/2016

Autor: João Paulo Viera Neto / Ibram

Livro “Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social”

- Ibram/OEI, Brasília: Phábrica, 2016.

Material produzido pelo Iphan

Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação/
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília (DF), 2016.

Dinâmica de grupo 3

Mapeamento e registro de patrimônios culturais da localidade

Parte 1

1. Formar grupos de 3 a 5 pessoas
2. Distribuir, para cada grupo, o mapa da localidade impresso em tamanho A2, canetas coloridas e papel
3. Pedir que cada pessoa do grupo identifique com um número no mapa lugares e patrimônios que conhece.
4. Eleger uma pessoa do grupo para que, em folha de papel, faça uma legenda dos pontos escolhidos.
5. Cada grupo pode socializar o mapa para iniciar a discussão.

Inventários participativos

São instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização (IBRAM, 2016).

Referências Culturais

“... são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura” (IPHAN, 2011, p. 5).

Indicação de leitura

- ♦ “As Raízes do Futuro” de Hugues de Varine.
- ♦ “Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche”, de Raquel Janeirinho.
- ♦ “El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventários”, de Lorena Sancho Querol.

Dicas de filmes

- ♦ “Narradores de Javé” (Eliane Caffé, 2003)
- ♦ “Saberes e fazeres do Quilombo de Alto Alegre, CE” (LabiInventário, 2015)
- ♦ Iphan – 16 documentários premiados na segunda edição do “Edital de apoio à produção de documentários etnográficos sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro” (Etnodoc 2009)
- ♦ Canal E Cultura – Ponto de Memória da Estrutural (2013)
- ♦ TVE RS – Museu de Percurso do Negro (2015)

Dinâmica de grupo 3

Parte 2

1. Após apresentação da metodologia, distribuir para cada grupo fichas de inventário, das categorias lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes.

2. Pedir que o grupo, a partir do levantamento feito na atividade anterior com mapa, preencha as fichas com os dados disponíveis nesse momento.

3. Fazer uma caminhada de reconhecimento na localidade, recolhendo material fotográfico e outros dados que possam complementar as fichas e o mapa.

4. Elaborar um mapa de fichas no grande grupo, com informações compartilhadas pelos pequenos grupos.

Lugares

No território em que será feita a pesquisa, alguns lugares podem possuir significados especiais para a comunidade porque neles coisas importantes acontecem ou já aconteceram. Podem se tornar referências lugares como: uma feira, uma casa, uma paisagem, uma praça, um bosque, um sítio arqueológico, um centro histórico, uma rua, um rio, uma ruína de construção antiga etc. (IPHAN, 2011, p. 14).

Objetos

Os objetos fazem parte da memória e da história de uma comunidade. Alguns são importantes pela função que desempenham ou desempenharam: seja uma função decorativa (luminárias, esculturas, vasos de flores etc.); seja uma função utilitária (cadeiras, mesas, ferramentas, moedas etc.); seja uma função simbólica (objetos religiosos/sagrados, bandeiras, trajes utilizados em rituais etc.). Podem ser importantes pelo papel social ou político de seus proprietários ou ainda pelo valor artístico dos objetos (no caso das obras de arte popular e erudita, como pinturas, esculturas, desenhos, músicas etc.) (IPHAN, 2011, p. 15).



Exposição "Vozes que Pulsam: Memória e cultura Afro-brasileira em Santa Catarina". Museu Histórico de Santa Catarina. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis.



Celebrações

São eventos coletivos em que se comemora ou rememora algum acontecimento. Geralmente são organizadas com antecedência e envolvem muitas pessoas, às vezes diferentes grupos da sociedade. Em geral, as celebrações se repetem a cada ano, ou de tempos em tempos, e são passadas de geração para geração. Podem ter significado religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades ou as festividades dos terreiros de

candomblé; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da pátria ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, como as "festas do milho", da "uva", do "peixe"; podem ser formas de marcar momentos especiais da vida de uma pessoa junto à sua comunidade, como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta de alguns povos indígenas ou nas festas de casamento. Enfim,

são inúmeras as motivações de uma comunidade para se organizar e celebrar (IPHAN, 2011, p. 16).

Formas de expressão

São as diferentes maneiras pelas quais uma comunidade demonstra e comunica sua cultura: música, dança, literatura, causos, pinturas, esculturas etc. Um mesmo bem cultural entendido como forma de expressão pode envolver várias dessas linguagens. Pode ser uma encenação típica que envolva música, dança e teatro. Um exemplo são as diferentes encenações com a figura do boi em todo o Brasil. Podem ter diferentes sentidos: religiosos, como uma folia de reis ou uma procissão. Podem comunicar protestos sociais, como o hip-hop; podem fazer parte dos períodos de trabalho, como os cantos de mutirão; e outras maneiras de comunicação, como os modos de falar: as línguas indígenas, dialetos, sotaques e termos típicos, como gírias (IPHAN, 2011, p. 17).

Saberes

São formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço, como a receita de uma comida típica ou uma técnica especial utilizada para tocar ou produzir um instrumento musical. Podem ter sentidos práticos ou rituais, sendo que, às vezes, reúnem as duas dimensões. É o caso das práticas relacionadas à cura, presentes nas benzeduras ou pajelanças. Envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas, que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele. Um exemplo é o dos ofícios tradicionais de pescador, quebradeira de coco babaçu, catadores de açaí, garimpeiro, seringueiro; ou a maneira de construir uma casa de taipa, adobe ou madeira, como nas palafitas etc. (IPHAN, 2011, p. 18).



Maria Teresinha Agostinho, Provedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis (SC). Exposição "Vozes que Pulsam: Memória e cultura Afro-brasileira em Santa Catarina". Museu Histórico de Santa Catarina. Foto: Soninha Vill

Módulo III

Memória, História e Cultura Africana e Afro-brasileira

Socialização

Apresentar lista dos patrimônios que considera afro-brasileiros.

- Discutir conceitos: identidade, diáspora africana, raça, racismo, relações étnico-raciais, afrodescendência, diversidade, multiculturalismo, políticas de promoção de igualdade racial.
- Introdução à História da África: aspectos geográficos, políticos, sociais, religiosos, históricos, culturais e artísticos. Questões sobre a diáspora e seus reflexos nas sociedades ocidentais.

■ Introdução à História e Cultura Afro-brasileira: colonização europeia, cativo, identidades, solidariedades, religiosidades e resistências.

■ Lugares de Memória/Cultura e Patrimônio Afro-brasileiro: quilombos, religiões de matriz africana, capoeira, irmandades e confrarias, congadas, reizados, samba de roda, escolas de samba, culinária e outras expressões e manifestações culturais locais.

Ponte para próximo encontro

Elencar políticas na sua comunidade que contemplem especificamente a população negra e que podem ser implementadas.



Ofício das Baianas de Acarajé.
Fototeca Iphan.
Foto: Luiz Antônio Duailibi/Iphan

Material de referência e apoio

Material produzido pelo Ibram/Programa Pontos de Memória

Documentos técnicos Consultoria Memória Afro-brasileira (2016)

Autora: Maristela Simão / Ibram

Material produzido pelo NEAB/UDESC e Programa UNIAFRO /MEC

“Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana”. Florianópolis: DIOESC, 2014.

Material produzido em parceria MinC, UFG e UFPE

Tainacan. Acervo da Cultura Afro-Brasileira (afro.culturadigital.br)

Material produzido pelo Projeto a Cor da Cultura

A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.

Material produzido pelo Projeto Afreaka

O Afreaka é um projeto de mídia alternativa, educação e produção cultural que traz um lado pouco conhecido do continente africano no Brasil. Fundado pela jornalista Flora Pereira e pelo designer Natan Aquino, teve início em 2012.

Dinâmica de grupo 4

Tecendo discussões a partir de obras cinematográficas

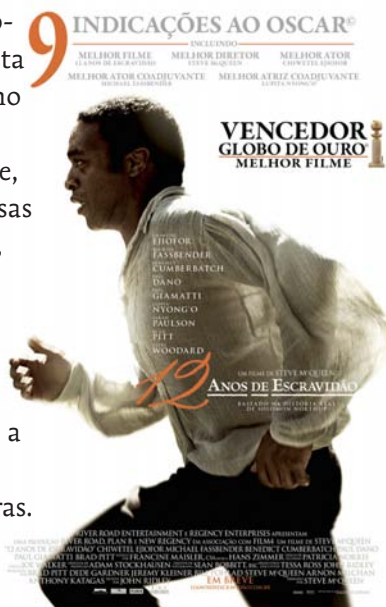
1. Selecionar filmes que tratem temas sobre racismo, raça, xenofobia e outras formas de discriminação e preconceitos.
2. Distribuir, para o grupo, “sinopse adaptada” dos filmes e documentários que serão apresentados.
3. Exibir trechos dos filmes e documentários selecionados previamente pelo mediador.
4. Organizar discussão e debate sobre as impressões do filme e as questões mencionadas.

Raça

Equivocadamente muitos se utilizam do termo em seu sentido biológico, questão há muito tempo discutida e comprovada como não existente (apenas raça humana). Neste sentido é importante compreendê-la enquanto “uma construção sociológica e político-ideológica, pois embora não exista cientificamente, a raça persiste no imaginário coletivo e na cabeça dos racistas e, conseqüentemente, continua a fazer vítimas em nossas sociedades” (MUNANGA, 2010, p. 192).

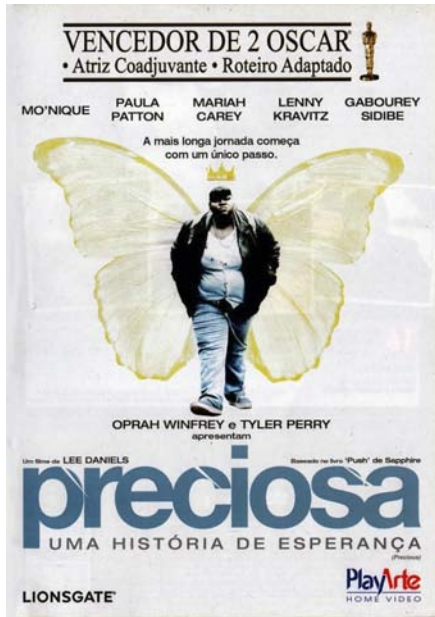
Racismo

Doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras. A atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidades aos indivíduos ou grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, conforme as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários. Assim, o racismo não é apenas uma reação ao outro, mas uma forma de subordinação do outro (SPM, 2009, p. 35).



Discriminação racial ou étnico-racial

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).



Dicas de filmes

- ♦ “Vênus Negra” (Abdellatif Kechiche, 2010)
- ♦ “12 anos de escravidão” (Steve McQueen, 2013)
- ♦ “Quase Deuses” (Joseph Sargent, 2004)
- ♦ “A boa mentira” (Philippe Falardeau, 2014)
- ♦ “Preciosa” (Lee Daniels, 2009)
- ♦ “Raça” (Joel Zito Araújo, 2013)
- ♦ “Gray Bull” (Eddy Bell, 2014)
- ♦ “Estrelas além do tempo” (Theodore Melfi, 2016)

Mito da Democracia Racial

Este mito é atribuído ao sociólogo Gilberto Freyre que, entre as décadas de 1930 e 1950, escreveu Casa-Grande & Senzala, grande obra sobre as relações raciais no Brasil. Nela, partindo do princípio positivo de romper com as abordagens racistas da sociedade e da história brasileira contra os negros, Freyre trouxe à tona as relações que existiam entre senhores/sinhás e escravos/as, assim como os modos de vida da elite e do povo. Ao realizar tais análises, o autor acabou por produzir a imagem de uma sociedade harmônica e integrada afetiva e sexualmente, mas de fato artificial. Seu pensamento exerceu, porém, grande influência sobre a literatura e os pensadores subsequentes, a ponto de aprendermos, por meio deste mito, que o Brasil é um país onde não existe preconceito ou discriminação de raça ou de cor e no qual as diferenças são absorvidas de forma cordial e harmoniosa (SPM, 2009, p. 204).

Eurocentrismo

O eurocentrismo é uma forma de reduzir a diversidade cultural a apenas uma

perspectiva paradigmática que vê a Europa como a origem única dos significados, o centro de gravidade do mundo, o paradigma a partir do qual o resto do planeta deve ser medido e comparado (SPM, 2009, p. 204).

Dinâmica de grupo 5

Construindo representações “Máscaras Africanas”

1. Selecionar e exibir filmes sobre diversidade cultural africana e imagens de “máscaras africanas”.
2. Propor discussão e debate sobre as impressões do filme e as questões mencionadas.
3. Distribuir para o grupo papel micro ondulado colorido, canetas, tesoura, cola, pincel e adereços (sementes, contas, penas, etc). Caso tenha habilidade em modelagem em argila, o material utilizado pode ser argila, distribuído em pequenos pedaços ao grupo com material para modelagem, espátulas, água e jornais.
4. Pedir que cada participante, a partir da discussão, escolha uma máscara, de acordo com o contexto e a reproduza.
5. Cada participante pode apresentar a máscara que produziu.

Continente Africano

Esse continente é demasiadamente grande para ser descrito. É um verdadeiro oceano. Um planeta diferente, composto de várias nações, um cosmo múltiplo. Somente por comodidade simplificamos e dizemos “África”.

(Kapuscinski, 2002)

“Nos filmes, nas histórias em quadrinhos, nos seriados de tevê e nos romances, a África é sempre um continente misterioso e mágico, onde são possíveis todas as aventuras. A imagem que nos transmitem diariamente os jornais e os noticiários de rádio e televisão é outra: a de uma parte do mundo assolada por secas, fomes, epidemias, guerras e tiranos. Uma visão não desmente a outra, e ambas são incompletas. Se uma região da África for atacada por nuvens de gafanhotos que devoram todas as plantações, e nela há fome, nas outras a colheita se fez normalmente [...] Se em determinado lugar há uma feroz luta armada, noutros as crianças vão regularmente à escola, de roupas limpas e sapatos lustrados” (SILVA, 2008, p. 11).

A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas que lhe foram construídas por instituições internacionais que comandam a economia. A esses mal-entendidos se somou outra armadilha: a assimilação da identidade por razões de raça. Alguns africanos morderam essa isca. A afirmação afrocentrista sofre, afinal, do mesmo erro básico do racismo branco: acreditar que os africanos são uma coisa simples, uma categoria uniforme, capaz de ser reduzida a uma cor de pele. Ambos os racismos partilham do mesmo equívoco básico. Ambos se entreajudaram numa ação redutora e simplificadora da enorme diversidade e complexidade do

continente. Ambos sugerem que o ‘ser africano’ não deriva da história, mas da genética. E no lugar da cultura tomou posse a biologia (COUTO, 2005, p. 11).

“As Máscaras nas comunidades africanas, geralmente estão ligadas a rituais religiosos, de guerra, de fertilidade da terra e até mesmo de entretenimento, elas são criadas para serem vistas em movimento” (FERREIRA, 2004, p. 4).

“As máscaras isoladas não fazem sentido, pois se vivificam a partir de um conjunto maior de expressões: mascarado/dançarino, figurino, dança, música, público e cerimônia. Todos estes elementos juntos compõem uma performance” (SANTOS, [s.d.], p. 19).

Dicas de filmes

- ♦ “Como as histórias se espalharam pelo mundo” (A Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “África no currículo escolar” (A Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “Tradições de Dogon” – Dança das Máscaras (Afreaka, 2014)
- ♦ “Kirikou e a Feiticeira” (Michel Ocelot, 1998)
- ♦ “Distrito 9” (Neill Blomkamp, 2009)



Oficina de Máscaras Africanas. Curso de Capacitação “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira” em Santa Catarina. Foto: Angelo R. Biléssimo

Dinâmica de grupo 6

Construindo relações “Abayomis”

1. Selecionar e exibir trechos de filmes sobre a diáspora africana e imagens de bonecas “Abayomi”.
2. Propor discussão e debate sobre as impressões do filme e as questões mencionadas.
3. Distribuir para o grupo pedaços de tecido colorido (preto: pode ser algodão, malha e colorido: qualquer tecido), tesoura e adereços.
4. Pedir que cada participante, a partir da apresentação da técnica de confecção, faça algumas bonecas de pano “Abayomi”.



Bonecas Abayomi.
Matintah Pereira.
(Divulgação)

Diáspora

A experiência da escravidão, dos fluxos e das trocas interculturais atlânticas, defende Paul Gilroy, deve ser parte integrante dos estudos das culturas e identidades formadas na América. Essa visão seria uma perspectiva transnacional e intercultural, produzida através da diáspora.

(GILROY, 2001)

O conceito de diáspora, apesar de sua origem, não é aqui empregado dentro de uma ideia de um retorno redentor de uma dispersão. Ela representa, sim, um processo de reconstrução de um pertencimento, uma redefinição cultural e histórica, além da ideia de transformação, mudança e deslocamento. As identidades, nesse contexto, são criadas, junto ao elo que liga o sujeito ao seu local de origem. Não são,

portanto, fixas. Segundo Stuart Hall, dependem de um “conjunto de posições de identidade” (HALL, 2006, p. 34), variando conforme a pessoa, o momento e o contexto. Se tornam assim mais políticas que antropológicas, mais escolha que destino. Diz ainda o autor que: “cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos de viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades” (HALL, 2006, p. 433).

Essas identidades criadas ou reinventadas não podem ser entendidas como assimilação, pois são resultado de processos históricos que não ocorrem em mão única. Ao mesmo tempo são resultado de uma relação desigual, pois inserida em relações de poder, dependência e subordinação, marca sempre presente do colonialismo (SIMÃO, 2015, p 38).

A palavra *Abayomi* tem origem iorubá e costuma ser uma boneca negra, significando aquele que traz, felicidade ou alegria. (*Abayomi quer*

dizer encontro precioso: *abay* = encontro e *omi* = precioso). No Brasil, além de nome próprio, designa bonecas de pano artesanais, muito simples, a partir de sobras de pano reaproveitadas, feitas apenas com nós, sem o uso de cola ou costura e com mínimo uso de ferramentas, de tamanho variando de 2 cm a 1,50 m, sempre negras, representando personagens de circo, da mitologia, orixás, figuras do cotidiano, contos de fada e manifestações folclóricas e culturais.

O fenômeno da diáspora africana: africanos e afrodescendentes que foram espalhados pelo mundo contra sua vontade, retirados de suas aldeias, cidades, de suas famílias e de sua terra natal; não carregavam consigo nada além de si próprios – seus corpos, suas tradições, suas memórias. Atualmente, culturas de matriz africana se fazem presentes em diferentes sociedades do mundo (SOUZA, 2014, p. 11).

Dicas de filmes

- ♦ “Besouro” (João Daniel Tikhomiroff, 2009)
- ♦ “Falares luso-brasileiros no Benin e no Togo” (LABHOI, 2013)
- ♦ “Agudas: Ex-escravos do Brasil levam hábitos e costumes do país para a África” (Globo Cidadania, 2014)

Dinâmica de grupo 7

Identificando Manifestações/ Expressões Culturais Afro- Brasileiras

1. Selecionar imagens sobre Manifestações/Expressões culturais Afro-Brasileiras.
2. Apresentar as imagens em slides sem identificar de antemão o nome da manifestação.
3. Propor que o grupo faça reconhecimento e se discuta características de cada manifestação.
4. Pedir que cada participante, a partir da apresentação e discussão, relate se já participou ou participa de alguma manifestação e qual importância dela para ele e para a cultura brasileira.

Considerar os mais diversos elementos presentes nas práticas, como alimentação, vestuário, oralidade, gestualidade, sonoridade, odores ou sabores, permite decifrar a diversidade e a complexidade da realidade histórica da população afro-brasileira e alegar participação igualitária da população negra na vida nacional.

O patrimônio cultural da população negra é composto de bens materiais e imateriais, que são expressões dessas comunidades, nos mais diferentes aspectos: objetos, costumes, canções, rituais, encontrados na religião, na culinária, nos modos de tecer e de vestir (BORGES, 2010, p. 1).

“Seria uma viagem perdida à África se se fosse buscar lá as origens puras das religiões de matriz africana, ou dos ritmos, danças e brincadeiras que atualmente existem na cultura popular brasileira. O candomblé, a capoeira, a congada e o maracatu são manifestações culturais nascidas no Brasil, e têm fortes marcas da história da escravidão no país, da mistura de povos africanos que ocorreu aqui e das relações que criaram entre si e com a sociedade local.

Dicas de Filmes:

- ♦ “Recife Frio” (Kleber Mendonça Filho, 2010)
- ♦ “Mojobá – Episódio 1 – Origens” (Programa a Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “Mojobá – Episódio 2 – Fé” (Programa a Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “Mojobá – Episódio 6 – Quilombos” (Programa a Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “Mojobá – Episódio 7 – Comunidades e Festas” (Programa a Cor da Cultura, 2004)
- ♦ “Mojobá – Episódio 11 – Tradição Oral” (Programa a Cor da Cultura, 2004)

Na África, são encontradas algumas de suas bases, mas nunca sua forma original. Certamente, todas essas manifestações têm profundas raízes africanas, mas são “africanamente brasileiras”. Portanto, deve-se ter consciência de que aqui se vai ao encontro da história da África, e que nela serão encontrados muitos conhecimentos para se entender melhor a história do Brasil – e do mundo –, mas não todas as chaves para se compreender a diversidade cultural brasileira” (SOUZA, 2014, p. 13).

Acostumou-se a ver as manifestações culturais de matriz africana, no Brasil, reduzidas ao campo chamado de folclore. O conceito de folclore, que remete às tradições e práticas culturais populares, não tem em si nenhum aspecto que o desqualifique, mas o olhar que foi estabelecido sobre o que se chama de *manifestações folclóricas*, sim.



Casa de Devção Negrinho do Pastoreio. Santa Cecília (SC). Foto: Angelo R. Biléssimo

Sobretudo no mundo contemporâneo, em que a modernidade está repleta de significados positivos, o *folclore* e o popular se identificam não poucas vezes com o atraso – algo curioso, exótico, mas de menor valor. Logo, se não se problematiza a inserção da cultura africana nesse registro, corre-se o risco de não se criar uma identidade, nem estimular o orgulho de se pertencer a ela.

Pode-se desmistificar a ideia de *folclore* presente no senso comum e, igualmente, mostrar como é complexa e sofisticada a cultura negra brasileira. São matrizes culturais que trazem saberes, técnicas e toda uma engenharia mental para ser elaborada e se expressar. Além disso, assim como as pessoas, ela está em permanente mudança e não é nada óbvia. Assim, pode-se estar atribuindo um caráter restrito à história africana se ela ficar limitada às manifestações culturais mais aparentes (SOUZA, 2014, p. 13).

Módulo IV

Políticas Públicas e População Negra no Brasil

- Discutir políticas públicas para a população Afro-brasileira e sua articulação com outras políticas públicas no Brasil.
- Museus/Pontos de Memória e Pontos Cultura Temática Afro-Brasileira/Redes Temáticas.
- Apresentar editais de fomento específicos para o segmento.
- Elaborar uma proposta de Plano de Ação e cronograma de trabalho que possam ser desenvolvidos na instituição.

Estatuto da Igualdade Racial

Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010.

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira

Na construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira estão envolvidos: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPCC), o Colegiado Setorial de Cultura Afro-brasileira (eleitos em 2013), a Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) e a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC-MinC).

No âmbito dos museus, as ações afirmativas implicam o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e a construção de novos projetos museais e expositivos, que respondam ao silêncio e à exclusão com que a memória e a história dos afrodescendentes têm frequentemente sido tra-



Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Fototeca IPHAN. Foto: Marcelo Reis/IPHAN.

tada nos museus brasileiros. De outro lado, a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas constituem-se em um tema que interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que contribuem na desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais, no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial (L. M. R. MACHADO, 2013, p. 11).

Dinâmica de grupo 8

*Exercício elaboração plano de ação/
elaboração de projeto: “Ideia vira Projeto”*

1. A partir das discussões e dos materiais produzidos nas dinâmicas de grupo ao longo da oficina, propor a elaboração de um plano de ação.
2. Apresentar algumas ideias e planos de ação como exemplo e sensibilização para importância de planejamento de ações futuras.
3. Distribuir para cada participante uma proposta de roteiro e propor que cada pessoa, em linhas gerais, preencha os campos e depois socialize com o grupo.
4. Recuperar as atividades feitas pelos participantes, que foram descritas como “Ponte para o próximo encontro”, e propor sua compilação.
5. Apresentar um roteiro básico de projeto cultural e propor o preenchimento em linhas gerais a partir das atividades que foram compiladas.
6. Socializar as propostas com o grupo.

Itens essenciais para elaborar um projeto

Sinopse	Síntese do projeto; Permite breve visão do conjunto
Justificativa	Motivos que justificam a realização do projeto, em relação à trajetória e ao contexto do grupo
Histórico	Descrição da origem da ideia, das ações já desenvolvidas e dos resultados já alcançados
Quem somos	Apresentação do grupo e/ou organização responsável pela iniciativa
Resultados	Frutos concretos do projeto — do número de participantes envolvidos aos produtos previstos
Objetivos	O que se almeja alcançar
Ações	Descrição das principais ações e atividades necessárias para a realização dos objetivos e a obtenção dos resultados
Etapas	Organização das ações que podem ser divididas em etapas com objetivos e resultados específicos
Cronograma	Distribuição das etapas do trabalho e suas principais atividades ao longo do prazo de duração previsto para o projeto
Equipe	Recursos humanos previstos para desenvolvimento do projeto (número de profissionais, perfil, carga horária de trabalho e funções previstas)
Orçamento	Previsão detalhada dos custos do projeto (pode ser completado com um levantamento de outros recursos necessários: equipamentos, espaço, etc.)

Fonte: Lopez, 2008

	MEMÓRIA COLETIVA	SENTIDOS DA MEMÓRIA	OBJETIVOS	FONTES	PÚBLICO	PRODUTO
CIDADES/ REDES	Que memória registrar?	Por que quero registrar essa memória?	Para que?	Com quem/ quem?	Para quem?	O que?
SÃO PAULO - JABAQUARA E ITAQUERA	Como eram as moradias, os serviços oferecidos, a questão do lixo e da água.	Investigar esses aspectos e sua mudança no decorrer do tempo.	Analisar e promover uma reflexão: como o passado influencia o presente e de que forma pode-se usar esses conhecimentos para transformar a realidade?	Pessoas antigas da localidade, pesquisas históricas – jornais, livros, internet.	Moradores e trabalhadores do local.	Vídeo e evento – narrativa em texto na respectiva pessoa e trechos transcritos.
LIMEIRA	Memória do Bairro – loteamento. Crescimento. Desenvolvimento.	Registro histórico. Contexto político-econômico-social.	Valorização da comunidade.	Fotos, entrevistas (moradores), imobiliária, prefeitura.	Sociedade em geral.	Livro, exposição de fotos e filme.

Módulo V

Expografia, narrativas e representação

- Discussão sobre Museologia, Museografia e Expografia.
- Discussão sobre importância da análise de discurso, narrativas expográficas e representação.
- Apresentação de técnicas expositivas e recursos expográficos, como suporte, forma, cor, som, iluminação, textura, imagem, texto e outras representações cenográficas.
- Dicas de elaboração de projeto expográfico: concepção, planejamento, execução.
- Exposições sobre a temática cultura e memória africana e afro-brasileira.

Dinâmica de grupo 9

Exercício expográfico

1. A partir das discussões e materiais produzidos nas dinâmicas de grupo ao longo da oficina, propor a montagem de uma “exposição didática”.
2. Apresentar imagens em slides de algumas exposições temporárias, de longa duração, itinerantes e outras que tenham a ver com o tema e algumas técnicas básicas de expografia.
3. Definir com o grupo o tema da exposição, o discurso e a narrativa que se pretende expor.
4. Definir com o grupo o título da exposição.
5. Definir com o grupo a organização da exposição (módulos, agrupamentos, outros).
6. Selecionar com o grupo os objetos que serão expostos (materiais produzidos ao longo da oficina).
7. Formar grupos de 5 pessoas que ficarão responsáveis por organizar os módulos de apresentação.
8. Socializar cada proposta e fechar coletivamente a proposta de exposição.
9. Montar a exposição no espaço da sala onde foram realizadas as oficinas.
10. Discussão e avaliação do processo.

Dinâmica 1

Construir linha do tempo individual e coletiva

Dinâmica 2

Construir mural de conceitos e expressões

Dinâmica 3

Mapeamento e registro de patrimônios culturais da comunidade

Exposições

1. São parte de um sistema de comunicação, com lógica e sentido próprios. Pretendem desempenhar um papel para representar e comunicar histórias, tradições, novidades, conhecimentos, modos de fazer e viver.

2. Muitas vezes podem ser o primeiro contato dos visitantes/espectadores com determinado assunto, questões da vida, de particularidades, do passado, das artes, da ciência e de muitas outras áreas do conhecimento humano.

3. Resultam de uma soma de esforços, coletivos e individuais, de conteúdo teórico e conceitual, transformados na materialidade das cores, das texturas, na qualidade e quantidade dos objetos, do local, da iluminação.

4. Traduzem discursos e narrativas por meio de intermediações sensoriais, como imagens, sons, cheiros, sensações. Expor é, ainda, escolher o que ocultar, optar entre o que lembrar e o que esquecer. A exposição, deste modo, traduz anseios, medos, questionamentos, afirmações, perguntas e respostas, propondo soluções por meio de uma discussão pública e coletiva. Expor é também, e sobretudo, propor (CUNHA, 2010).

5. Exposições devem ser instrumentos para a produção, reprodução e difusão de conhecimentos. É o espaço para a circulação de ideias, e, deste modo, profundamente ideológica e essencialmente política. E o espaço para revelar e tornar público posicionamentos.

6. “Expor é ou deveria ser, trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma

mais refratária de ignorância, a ideia pré-concebida, o preconceito, o estereótipo cultural. Expor é tomar e calcular o risco de desorientar-se — no sentido etimológico: perder a orientação, perturbar a harmonia, o evidente e o consenso, constitutivo do lugar comum (do banal)” (MOUTINHO, 1994, p. 4).

Material de referência e apoio

Material produzido pelo Ibram/ Programa Pontos de Memória

“Caminhos da memória: para fazer uma exposição” / pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: Ibram, 2017.

Indicação de Leitura

- ♦ CUNHA, Marcelo Bernardo. “A exposição museológica como estratégia comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial”. Revista Magistro, Unigranrio, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- ♦ CURY, Marília Xavier. “Exposição: concepção, montagem e avaliação”. São Paulo: Annablume, 2005.

Dinâmica 4

Tecendo discussões a partir de obras cinematográficas

Dinâmica 5

Construindo representações “Máscaras Africanas”

Dinâmica 6

Construindo relações “Abayomis”

Dinâmica 7

Identificando manifestações – Expressões culturais afro-brasileiras

Dinâmica 8

Exercício elaboração plano de ação/elaboração de projeto: “Ideia vira Projeto”

Indicação de filmes

Módulo I – Museu, Memória e Cidadania

Filme	Diretor/Ano
“Uma vida iluminada”	Liev Schreiber, 2005
“Cinema Paradiso”	Giuseppe Tornatore, 1988
“Depois da Vida”	Hirokazu Koreeda, 1998
“Meia noite em Paris”	Woody Allen, 2011
“Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história”	Adichie, 2009
“Não há tempo para o amor, Charlie Brown”	Bill Melendez, 1973
“Uma noite no museu”	Shawn Levy, 2006
“Mister Bean, o filme”	Mel Smith, 1997
“Museologia do Afeto”	MINOM, 2013

MÓDULO II – Inventário Participativo

Filme	Diretor/Ano
“A inventariante”	Patrícia Francisco, 2010
“Narradores de Javé”	Eliane Caffé, 2003
“Saberes e fazeres do Quilombo de Alto Alegre, CE”	LabInventário, 2015
Iphan – 16 documentários premiados na segunda edição do "Edital de apoio à produção de documentários etnográficos sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro"	Etnodoc, 2009
“Ponto de Memória da Estrutural”	Canal E Cultura, 2013
“Museu de Percurso do Negro”	TVE RS, 2015

MÓDULO III – Memória, História e Cultura Africana e Afro-brasileira

Filme	Diretor/Ano
“Venus Negra”	Abdellatif Kechiche, 2010
“12 anos de escravidão”	Steve McQueen, 2013
“Mãos talentosas”	Thomas Carter, 2009
“Estrelas além do tempo”	Theodore Melfi, 2016

“A boa mentira”	Philippe Falardeau, 2014
“Preciosa”	Lee Daniels, 2009
“Raça”	Joel Zito Araújo, 2013
“Como as histórias se espalharam pelo mundo”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“África no currículo escolar”	A Cor da Cultura, 2004
“Tradições do Dogon” – Dança das Máscaras	Afreaka, 2014
“Kirikou e a Feiticeira”	Michel Ocelot, 1998
“Distrito 9”	Neill Blomkamp, 2009
“Besouro”	João Daniel Tikhomiroff, 2009
“Falares Luso-brasileiros no Benim e no Togo”	LABHOI, 2013
“Agudás: ex-escravos do Brasil levam hábitos e costumes do país para África”	Globo Cidadania, 2014
“Recife Frio”	Kleber Mendonça Filho, 2010
“Mojubá – Episódio 1 – Origens”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Mojubá – Episódio 2 – Fé”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Mojubá – Episódio 6 – Quilombos”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Mojubá – Episódio 7 – Comunidades e Festas”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Mojubá – Episódio 11 – Tradição Oral”	Programa A Cor da Cultura, 2004

MÓDULO IV – Políticas Públicas e População Negra no Brasil

Filme	Diretor/Ano
“Por uma infância sem racismo”	UNICEF, 2010
“A negação do Brasil”	Joel Zito Araújo, 2001
“As filhas do vento”	Joel Zito Araújo, 2005
“Nota 10: Corpo”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Nota 10: Igualdade de tratamento e oportunidades”	Programa A Cor da Cultura, 2004
“Que horas ela volta?”	Anna Muylaert, 2015

Filmes

Sites de referências

Programa A Cor da Cultura	http://www.acordacultura.org.br/
Programa Afreaka	http://www.afreaka.com.br/
CurtaDoc	http://curtadoc.tv/
Etnodoc-IPHAN	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/206

Indicação de leituras

Museologia e Museu	
Peter Van Mensh	MENSCH, P. VAN. O objeto de estudo da Museologia. <i>Pretextos Museológicos</i> , n. 1, 1994.
Francisca Hernandez	HERNÁNDEZ, F. Planteamientos teóricos de la museología. Gijón: Trea, 2006.
Waldisa Russio Camargo Guarnieri	GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. <i>Cadernos Museológicos</i> , n. 3, 1990a. GUARNIERI, W. R. C. Museologia e Identidade. <i>Cadernos Museológicos</i> , n. 1 & 2, p. 39–48, 1990b. GUARNIERI, W. R. C. Museu? Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, 1977.
Hugues de Varine Bohan	VARINE-BOHAN, H. DE. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Eds.). <i>A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos</i> . São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 17–19.
Mario Moutinho	MOUTINHO, M. Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do Museu. <i>Cadernos de Patrimônio</i> , n. 5, 1989. MOUTINHO, M. Sobre o conceito de Museologia Social. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 1, 1993. MOUTINHO, M. A construção do objecto museológico. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 4, 1994. MOUTINHO, M. Definição evolutiva de Sociomuseologia. Lisboa/Setúbal: Atelier Internacional do MINOM, 2007.
Mario Chagas	CHAGAS, M. Novos Rumos da Museologia. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 2, 1994. CHAGAS, M. <i>Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro</i> . Tese de Doutorado em Ciências Sociais—Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003.
Judite Primo	PRIMO, J. Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 15, 1999a. PRIMO, J. Pensar contemporaneamente a Museologia. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 16, 1999b.
Maria Celia dos Santos	SANTOS, M. C. T. M. Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , n. 7, 1996. SANTOS, M. C. T. M. A aplicação da Museologia ao contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: SANTOS, M. C. T. M. (Ed.). <i>Encontros Museológicos – reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu</i> . Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008a. p. 175–228. SANTOS, M. C. T. M. Reflexões sobre a Nova Museologia. In: SANTOS, M. C. T. M. (Ed.). <i>Encontros Museológicos – reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu</i> . Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008b. p. 69–98.

Suely Cerávolo	CERÁVOLO, S. M. Delineamentos para uma teoria da Museologia. Anais do Museu Paulista, Nova Série. v. 12, p. 237–268, 2004.
Cristina Bruno	BRUNO, M. C. O. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. Cadernos de Sociomuseologia, n. 25, p. 1–16, 2006. BRUNO, M. C. O. Museu e Museologia idéias e conceitos: Abordagens para um balanço necessário. In: WORKSHOP ICOFOM LAM 2008. Rio de Janeiro, 2008. BRUNO, M. C. O.; FONSECA, A. M.; NEVES, K. R. F. Mudança Social e Desenvolvimento no Pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. In: BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. R. F. (Eds.). Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: Propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: MAX/UFS, [s.d.].
Marília Xavier Cury	CURY, M. X. Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação—São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2005.
Manuelina Maria Duarte Cândido	CÂNDIDO, M. M. D. Ondas do pensamento museológico brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Museologia—São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2000.
Maria de Lourdes Horta	HORTA, M. DE L. P. 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas – 1992. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Eds.). A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
Maria Cecilia Fonseca	FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Eds.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
Rosana Nascimento	NASCIMENTO, R. A. D. . O objeto museal, sua historicidade implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do Museu. Lisboa: Centro de Estudo de Socio-Museologia, 1998. v. 11. NASCIMENTO, R. A. D. . A Historicidade do Objeto Museal. Lisboa: Centro de Estudos de Socio-Museologia, 1994.
Cultura	
Geertz	GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
Raymond Willian	WILLIAMS, R. Cultura e Sociedade: 1780-1950. São Paulo: Nacional, 1969. WILLIAMS, R. Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
Nestor Canclini	CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 2000.
Homi Bhabha	BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998b.

Identidade

Stuart Hall	HALL, S. A identidade cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. HALL, S. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009. HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 68–75, 1996.
Homi Bhabha	BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998a.
Nestor Canclini	CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95–115, 1994.
Ulpiano Menezes	MENEZES, U. T. B. DE. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista, Nova Série. n. 1, p. 207–222, 1993.
Paul Giroy	GILROY, P. O Atlântico negro. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

Representação/Tradição

Lilia Schuarcz	SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
Eric Hobsbawn	HOBSBAWN, E.; RANGER, T. A Invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
Carlos Ginzburg	GINZBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
Françoise Choay	CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade & UNESP, 2006.

Memória

Ulpiano de Menezes	MENEZES, U. T. B. DE. Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista, Nova Série. n. 2, p. 9–42, 1994. MENEZES, U. T. B. DE. Os paradoxos da memória social. In: MIRANDA, D. S. DE (Ed.). Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC/SP, 2007. p. 13–33.
Maria Antonieta Antonaci	ANTONACCI, M. A. Corpos Negros: Desafiando Verdade. In: ANTONACCI, M. A. (Ed.). Corpo território da cultura. São Paulo: Annablume, 2005. p. 29–66. ANTONACCI, M. A. Corpos sem fronteiras. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História – PUC/SP, n. 25, p. 145–180, dez. 2002.
Pierre Nora	NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História – PUC/SP, n. 10, p. 7–28, 1993.
Michael Pollak	POLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. POLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

Myrian Sepúlveda Santos	SANTOS, M. S. DOS. Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, p. 99–120, 2002. SANTOS, M. S. DOS. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003. SANTOS, M. S. DOS. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond/MinC/IPHAN/DEMU, 2006.
Márcia Chuva	CHUVA, M. R. R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
Branquitude	
Boaventura de Sousa Santos	SANTOS, B. DE S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.
Lia Schucman Lourenço Cardoso	SCHUCMAN, L.; CARDOSO, L. Apresentação Dossiê Branquitude. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, v. 6, n. 13, p. 5–7, jun. 2014.
Invisibilização	
Ilka Boaventura	LEITE, I. B. (ED.). Negros no sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
Museu e Cultura Afro-Brasileira	
Marcelo Nascimento	CUNHA, M. N. B. DA. Teatro de memórias, palco de esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Tese de Doutorado em História Social—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 2006. CUNHA, M. N. B. DA. O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação—Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1999. CUNHA, M. N. B. DA. Museus e Exposições e suas Representações sobre o Negro no Brasil. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO CARIBE NO BRASIL. Salvador, 2008. SANTOS, M. S. DOS. A representação da escravidão. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 40, p. 173–188, 2008. CUNHA, M. C. DA. Arte Afro Brasileira. In: ZANINI, W. (Ed.). História Geral da Arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.
Myriam Sepúlvera dos Santos	SANTOS, M. S. DOS. Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros. In: Colóquio Internacional Projeto UNESCO no Brasil: 50 anos depois. Salvador, jan. 2004a. SANTOS, M. S. DOS. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, 2005.
Raul Lody	LODY, R. Negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
Munanga Kabengele	MUNANGA, K. A Dimensão Estética da Arte Negro-Africana Tradicional. Arteconhecimento, 2003-2004.

Abdias Nascimento	NASCIMENTO, A. Cultura e Estética no Museu de Arte Negra. Galeria de Arte Moderna, n. 14, 1968. NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. Revista de Estudos Avançados, v. 18, n. 50, 2004.
Livio Sansone	SANSONE, L. (ED.). Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: UFBA, 2012.
Joceania Miranda Freitas	FREITAS, J. M.; SILVA, L. M. B. DA; FERREIRA, L. G. Ações afirmativas de caráter museológico no Museu AfroBrasileiro/UFBA. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 2, 2006.
Roberto Conduro	CONDURO, R. Beleza negra: entre o museu, o terreiro e o mercado. In: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S. F.; TOSTES, V. L. B. (Eds.). História representada: o dilema dos museus: livro do Seminário Internacional. [s.l.] Museu Histórico Nacional, 2003.
Lisandra Maria Rodrigues Machado	MACHADO, L. M. R. Estratégias de Representação do Negro em Museus do Rio Grande do Sul: o Que se Expõe e o Que se Ensina. Dissertação de Mestrado em Educação—Canoas/RS: Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2013.
Leonardo Barci Castriota	CASTRIOTA, L. B.; RESENDE, M. P. Três Museus, três posturas: diferentes visões acerca da Cultura Afro-Brasileira. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v. 1, p. 198–211, 2010.
Ana Cristina Mandarino	MANDARINO, A. C. DE S. As imagens dos negros: dos museus à sala de aula. In: PINHEIRO, A. DA P.; PELEGRINI, S. C. A. (Eds.). Tempo, Memória e Patrimônio Cultural. Teresina: EDUFPI, 2010.
Maria Angelica Zubaran	ZUBARAN, M. A.; MACHADO, L. M. R. Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, J. R. DE (Ed.). Museus e Africanidades. Porto Alegre: EDIJUC, 2013b.
Livio Sansone	SANSONE, L. Negritude sem etnicidade. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 2004. SANSONE, L. Um Museu sem donos. Para um Museu Digital da Memória Afro-Brasileira. In: SEMINÁRIO SOBRE O MUSEU DIGITAL DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA. Salvador, 10 jun. 2010.
Gabriel da Silva Vidal	CID, G. DA S. V. Museu digital da memória afro-brasileira e africana no Brasil – Galeria Rio de Janeiro. In: IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Salvador, 2011.
Lucinéia Inês Weber	WEBER, L. I. Museu Treze de Maio: um espaço de Memória e Identidade Negra em Santa Maria/RS. In: Seminário internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013.
Isla Andrade Pereira	MATOS, I. A. P. DE. Arte e História: O museu Afro Brasil e o papel da Curadoria na construção da narrativa museal. VIII EHA – Encontro de História da Arte, p. 251–256, 2012.
Maria Aparecida de Oliveira Lopes	LOPES, M. A. DE O. Museus Afro Brasil: Ampliando e preservando os bens materiais e imateriais da cultura Afro-Brasileira. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 1, 2008.
Laedna Santos	SANTOS, L. N.; MENDONÇA, E.; BONFIM, W. A lei federal 10.639/03 e o museu afrobrasileiro de Sergipe (MABS). Musear, v. 1, n. 1, p. 39–49, jun. 2012.
Joana Flores	FLORES, Joana. Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto. Salvador, 2017.

Giane Vargas Escobar	ESCOBAR, G. V.; VARINE-BOHAN, H. DE. Patrimônio Comunitário e novos museus: A face afro-brasileira da museologia comunitária. In: IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – EIEMC. Belém, 12 jun. 2012.
Marcelo de Salete de Souza	SOUZA, M. D. S. Museu Afro Brasil: o reconhecimento da cultura material e simbólica afrobrasileira. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Artes—São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2006.
Museus Museologia e Políticas Públicas	
Regina Abreu	ABREU, R. A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionismo: antropofagia dos sentidos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, p. 100–125, 2005.
Mario Chagas	CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Cadernos de Sociomuseologia, n. 13, 1998. CHAGAS, M. Memória e Poder: dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, p. 35–67, 2002. CHAGAS, M. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, p. 15–25, 2005. CHAGAS, M. Veredas e construções de uma política nacional de museus. In: CHAGAS, M.; NASCIMENTO JR., J. DO (Eds.). Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007. p. 12–41.
Mario Moutinho	MOUTINHO, M. A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além mar. In: 1º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS – A IMAGINAÇÃO MUSEAL: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA. Salvador, dez. 2004. MOUTINHO, M. A Declaração de Quebec de 1984. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Eds.). A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 26–29. MOUTINHO, M. Os museus como instituições prestadoras de serviços. Cadernos de Sociomuseologia, n. 12, 2008.
Ulpiano Menezes	MENEZES, U. T. B. DE. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. Ciência em Museus, n. 4, p. 103–127, 1992.
Judite Primo	PRIMO, J. A Museologia e as Políticas Culturais Européias: O Caso Português. Tese de Doutorado em Educação—Porto: Universidade Portucalense Inf. D. Henrique, 2007.
Waldisa Russio	GUARNIERI, W. R. C. Texto III. In: ARANTES, A. A. (Ed.). Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59–78.
Maria das Graças Teixeira	TEIXEIRA, M. G. S. (ED.). Catálogo da Exposição Kiebé-Kiebé: dança iniciática do Congo Brazzaville. Brazzaville: Les Manguiers, 2013. ARAS, L. M. B.; TEIXEIRA, M. G. S. História e Museologia: o ensino de História e os museus. Salvador: Lúvia, 2014.

Lilian Schwarcz	SCHWARCZ, L. M. O nascimento dos museus no Brasil. In: MICELI, S. (Ed.). História das Ciências Sociais no Brasil. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1p. 29–90. SCHWARCZ, L. M.; DANTAS, R. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. Revista do IEB, n. 46, p. 123–164, 2008.
Leticia Julião	JULIÃO, L. Apontamentos sobre a História do Museu. Caderno de Diretrizes Museológicas, n. 2, 2006.
Marcia Kersten	KERSTEN, M. S. DE A.; BONIN, A. A. Pensar os museus, ou ‘Quem deve controlar a representação do significado dos outros? MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, p. 117–128, 2007.
José Nascimento	NASCIMENTO JR., J. DO. O rumo da Política nacional de museus. In: 1º Fórum Nacional de Museus – A Imaginação Museal: Os Caminhos da Democracia. Brasília, 2004. CHAGAS, M.; NASCIMENTO JR., J. DO (EDS.). Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007.
Myrian Sepúlveda dos Santos	SANTOS, M. S. DOS. Museus brasileiros e política cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, jun. 2004b.
BRASIL	Legislação de Museus.
Políticas Públicas Promoção de Igualdade Racial Brasil	
Hebe de Mattos	MATTOS, H. DE et al. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. In: ROCHA, H. A. B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. DE S. (Eds.). A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 299–320.
Paulino de Jesus Francisco Cardoso	CARDOSO, P. DE J. F. (ED.). Multiculturalismos e educação: Experiências de implementação da Lei 10.639/03 em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2008. CARDOSO, P. DE J. F. A Vida na escola e a Escola na vida: contribuições para o estudo sobre as experiências dos afrodescendentes em Santa Catarina no século XX: Multiculturalismo e Populações de origem africana, 2013. Disponível em: < http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/07/vida-na-escola-e-escola-da-vida.html >. Acesso em: 30 ago. 2013 CARDOSO, P. DE J. F.; RASCHE, K. L. (EDS.). Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.
Maria Angélica Zubaran	ZUBARAN, M. A.; MACHADO, L. M. R. Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, J. R. DE (Ed.). Museus e Africanidades. Porto Alegre: EDIJUC, 2013a. ZUBARAN, M. A.; SILVA, P. B. G. E. Interlocuções sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 130–140, jan. 2012.
James Banks	BANKS, J. Reformando escolas para implementar igualdade para diferentes grupos raciais e étnicos. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF, n. 7, nov. 2006.

Stephen Ball	<p>BALL, S. Ciclo de políticas/análise de políticas. In: PALESTRA MINISTRADA PARA PROFESSORES E ALUNOS DA PÓS- GRADUAÇÃO UERJ. Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99 – 116, 2001.</p>
Nilma Gomes	<p>GOMES, N. L. (ED.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: SECADI/MEC; UNESCO, 2011b.</p> <p>GOMES, N. L. A questão racial na escola: Desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Eds.). Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008a.</p> <p>GOMES, N. L. Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, n. 1, jan. 2011c.</p> <p>GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Ed.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SECAD, 2008b.</p> <p>GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167 – 182, jun. 2003.</p> <p>GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: Relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, n. 6 – 7, 1996.</p> <p>GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. Educ. Soc., v. 33, n. 120, p. 727 – 744, jul. 2012b.</p> <p>GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade, v. 10, n. 18, p. 133 – 154, 2011a.</p> <p>GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98 – 109, jan. 2012a.</p>
Kabengele Munanga	<p>MUNANGA, K. (ED.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: MEC– SECAD, 2005.</p> <p>MUNANGA, K.; GOMES, N. L. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006.</p>
João Carlos Nogueira	<p>NOGUEIRA, J. C.; NASCIMENTO, T. T. Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades. Florianópolis: ATILENDE, 2012.</p>
Maristela Simão	<p>SIMÃO, M.; BILÉSSIMO, A. R. As Relações Étnico Raciais no Brasil: Mídia e Racismo. In: Curso de Formação de Professores e Educadores Sociais: A Lei 10.639 para além dos muros da Escola. Florianópolis, 2013.</p> <p>SIMÃO, M. Valorizando Diversidades: Aplicação da Lei 10. 639/03 na EJA de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação—Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina, 2013.</p> <p>SIMÃO, M.; BILESSIMO, A. R. Relações raciais na escola: Currículo e reponsabilidades, livro didático, mídias e escola. In: CARDOSO, P.; RASCHE, K. (Eds.). Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.</p>

História da África e Afro-Brasileira

Maria Odila Leite	DIAS, M. O. L. DA S. Interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2009. DIAS, M. O. L. DA S. Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. DIAS, M. O. L. DA S. A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. Proj. História, n. 17, nov. 1998.
Hebe de Mattos	MATTOS, H. DE. Das cores do silêncio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
Marina de Mello e Souza	SOUZA, M. DE M. E. África e o Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, M. DE M. E. Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
Maristela Simão	SIMÃO, M. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII. Dissertação de Mestrado em História da África—Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.
Mariza de Carvalho Soares	SOARES, M. DE C. Mina, Angola, Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro seiscentista. Revista Tempo, v. III, n. 6, dez. 1998.
Roberto Benjamin	BENJAMIN, R. A África está em nós: História e Cultura Afro-Brasileira. João Pessoa: Grafset, 2006.
Carlos Moore	MOORE, C. A África que incomoda: Sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Mandylala, 2008.
Elikia M' Bokolo	M'BOKOLO, E. África negra: História e civilizações. Lisboa: Vulgata, v. I, 2003.
Claude Meillassoux	MEILLASSOUX, C. Antropologia da escravidão: O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
Alberto Costa e Silva	SILVA, A. C. E. A África explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
John Thornton	THORNTON, J. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Rio de Janeiro: Campus, 2004.
James Sweet	SWEET, J. Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.
Frantz Fanon	FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 273-286.
Toyn Falola	FALOLA, Toyn. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. Afro-Ásia (Salvador), nº 36, 2007.
Paulin Hountondji	HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra), nº 80, 2008.
Achille Mbembe	MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro), vol. 23-1, 2001.
Yves Valentin Mudimbe	MUDIMBE, V. Y. A idéia de África. Lisboa: Mangualde (Portugal), Luanda (Angola): Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013 (or. 1994).

Carlos Cardoso	CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. In: SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs). Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, teóricas e políticas (Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, pp. 125-144.
Isabel Castro Henriques	HENRIQUES, I. C. A Rota dos Escravos: Angola e rede do comércio negreiro. Lisboa: FLAD, 1996. HENRIQUES, I. C. et al. (EDS.). Nação e Identidades: Portugal, os Portugueses e os Outros. Lisboa: Caleidoscópico, 2009. HENRIQUES, I. C. O Pássaro do Mel: Estudos de História Africana. Lisboa: Colibri, 2003. HENRIQUES, I. C. Os Africanos em Portugal: História e Memória. Séculos XV-XXI. Lisboa: Comité Português do Projecto UNESCO “A Rota do Escravo”, 2011. HENRIQUES, I. C. Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África (séculos XV-XX). Lisboa: Caleidoscópico, 2004a. HENRIQUES, I. C. Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: IICT/ICP, 1997. HENRIQUES, I. C. Território e identidade: A construção da Angola Colonial (1872-1926). Lisboa: CHUL, 2004b.
Emília Machado	MACHADO, E. Da África e sobre a África: Textos de lá e de cá. São Paulo: Cortez, 2012.
Mia Couto	COUTO, Mia. Prefácio a HERNANDEZ, L. A África na sala de aula: Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
Kwame Appiah	APPIAH, K. Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
José da Silva Horta	HORTA, J. DA S. Africanos e Portugueses na documentação inquisitorial de Luanda e Mbanza Kongo. Actas do Seminário: Encontro de Povos e Culturas em Angola, 1997.
Didier Lahon	LAHON, D. O negro no coração do império: Uma memória a resgatar, Séc. XV-XIX. Lisboa: Secretariado Coordenador dos programas multiculturais/Ministério da Educação, 1999.
Marina de Mello e Souza	SOUZA, M. DE M. E. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2008.
Maristela Simão; Angelo Renato Biléssimo	SIMÃO, M.; BILÉSSIMO, A. R. A História de Antigas Sociedades e Reinos Africanos. In: CARDOSO, P.; RASCKE, K. (Eds.). Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014b. SIMÃO, M.; BILÉSSIMO, A. R. África, um continente– geografia, aspectos políticos e sociais, diversidade, multiculturalismo e religiosidade. In: CARDOSO, P.; RASCKE, K. (Eds.). Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014a. SIMÃO, M.; BILÉSSIMO, A. R. Islamismo em África. In: II Curso Educação das Relações Étnicorraciais: A contribuição da Educação Multicultural. Florianópolis, 2009.

UNESCO	UNESCO. História geral da África. São Paulo: Unesco, 2010.
Calos Lopes	LOPES, Calos. A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos. In: V.V.A.A., Colóquio Construção e ensino da História de África (7-9 de junho de 1994), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 21-29.
Carlos Pimenta; Victor Kajibanga	PIMENTA, Carlos; KAJIBANGA, Victor. Epistemologia dos Estudos Africanos. In: Conhecimentos endógenos e a construção do futuro em África. Porto, 15-16 abril 2011.
José Rivair Macedo	MACEDO, José Rivair. A história da África vista pelos africanos: gênese e desenvolvimento da 'Escola de Dakar': 1960-1990. In: Carolina coelho FORTES; Mário Jorge da Mota Bastos (orgs). Problematizando a Idade Média. Niterói: EDUFF, 2014, pp. 142-161. MACEDO, José Rivair. Achille Mbembe - Imaginação, Poder e Cosmopolitismo a partir da África. In: O pensamento africano no século XX. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

Referências Bibliográficas

- BORGES, R. **Produção simbólica e diversidade cultural afro-brasileira**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/setorialculturasafrobrasileiras/page/2/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- BRASIL. Lei 10.639 de 03 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. 2003.
- BRASIL. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004.
- BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 2008.
- BRASIL. Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. 2009 a.
- BRASIL. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 2009 b.
- BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. 2010.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre museus**. Brasília: Edições Câmara, 2013.
- CARDOSO, P. DE J. F.; RASCHE, K. L. (EDS.). **Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

- CASTRIOTA, L. B.; RESENDE, M. P. Três Museus, três posturas: diferentes visões acerca da Cultura Afro-Brasileira. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 198–211, 2010.
- CCSH/UFSM. **O que é Patrimônio Cultural? Patrimônio Histórico? Patrimônio Ambiental ou Natural?** Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/78-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-natural>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- CHAGAS, M. Novos Rumos da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 2, 1994.
- CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 13, 1998.
- CHAGAS, M.; NASCIMENTO JR., J. DO. **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.
- CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- COUTO, M. Prefácio. In: HERNANDEZ, L. (Ed.). **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- COUTO, S. S. **Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil**. OEI/Ibram, 2015.
- CUNHA, M. N. B. Memórias afro-brasileiras institucionalizadas: Tentando ler exposições de museus e seus periódicos. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História – PUC/SP**, n. 26, p. 273–283, jun. 2003.
- CUNHA, M. N. B. A exposição museológica como estratégia comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista Magistro**, Unigranrio, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FERREIRA, L. G. As máscaras africanas e suas múltiplas faces. **Anais Eletrônicos II Encontro Estadual de História ANPUH-BA**, v. 2, p. 01–07, 2004.
- FREITAS, J. M. **Museu Afro-Brasileiro: Ações Afirmativas de caráter museológico no novo setor da herança cultural afro-brasileira**. In: I ENECULT. Salvador, 2005.
- GILROY, P. **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- GOUVEIA, I. **Documento técnico com proposta de conteúdo programático para capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural**. OEI/Ibram, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IBRAM. **Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão do Exercício de 2003/2010**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus – Ibram/MinC, 2010a.

- IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020**. Brasília: MinC, 2010b.
- IBRAM. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 2 fev. 2016a.
- IBRAM. **Pontos de Memória**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 18 abr. 2015b.
- IBRAM. **Inicial**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- IBRAM/OEI. **Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social**. Brasília: Fábrica, 2016.
- IBRAM/OEI. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição**. Brasília: Ibram, 2017.
- IPHAN/MEC. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fascículo 1**. Brasília: Iphan/MEC, 2011.
- IPHAN/MEC. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Manual de Aplicação**. Brasília: Iphan/MEC, 2013a.
- IPHAN/MEC. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fichas do inventário**. Brasília: Iphan/MEC, 2013b.
- IPHAN/MEC. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: Iphan/MEC, 2016.
- KAPUSCINSKI, R. **Ébano – Minha vida na África**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LOPEZ, I. **Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local**. São Paulo: Museu da Pessoa/SENAC SP, 2008.
- MACHADO, L. M. R. **Estratégias de representação do negro em Museus do Rio Grande do Sul: o Que se Expõe e o Que se Ensina**. Dissertação de Mestrado em Educação—Canoas: Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2013.
- MENEZES, U. T. B. DE. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, Nova Série. n. 1, p. 207–222, 1993.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2003.
- MOUTINHO, M. A Construção do Objeto Museológico. **Cadernos de Museologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.
- MOUTINHO, M. **A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além mar**. In: 1º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS – A IMAGINAÇÃO MUSEAL: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA. Salvador, dez. 2004.
- MOUTINHO, M. **Definição evolutiva de Sociomuseologia**. Lisboa/Setúbal: Atelier Internacional do MINOM, 2007.
- MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos PENESB**, n. 12, p. 169–204, 2010.
- MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória: Para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2009.

NASCIMENTO, A. **Cultura e Estética no Museu de Arte Negra**. Disponível em: <http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/museu_arte_negra.htm>. Acesso em: 17 abr. 2015.

NOGUEIRA, J. C.; NASCIMENTO, T. T. DO (EDS.). **Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades**. Florianópolis: Atilênde, 2012.

SANTOS, M. S. DOS. Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 99-120, 2002.

SANTOS, M. S. DOS. **Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PROJETO UNESCO NO BRASIL 50 ANOS DEPOIS. Salvador, jan. 2004.

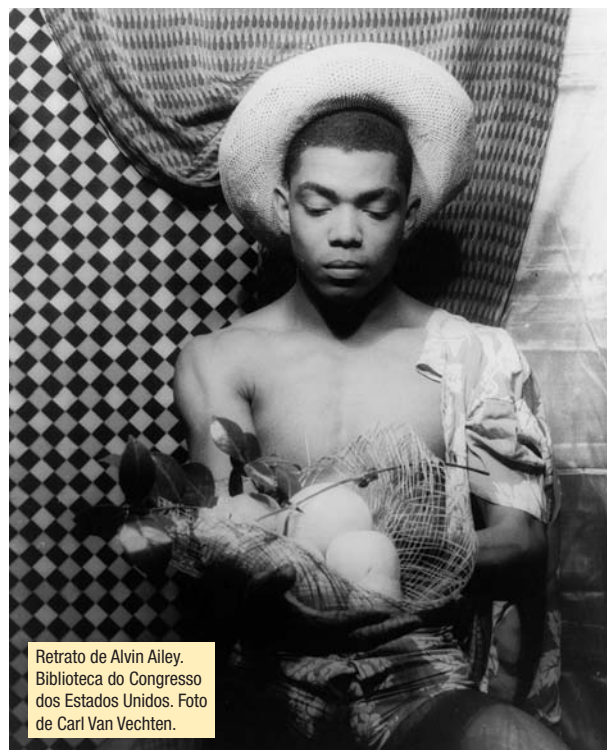
SANTOS, R. F. DOS. **Arte Africana e Afro-Brasileira em sala de aula** Biblioteca do Instituto de Artes UNESP, [s.d.].

SCDC/MINC. **Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura (versão 1/2015)**. 2015.

SILVA, A. C. E. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SIMÃO, M. **A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina**. Relatório de Qualificação de Tese de Doutorado em Museologia—Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2015.

SIMÃO, M. **Documento técnico com proposta de conteúdo programático para capacitação em Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira**. OEI/Ibram, 2016.



Retrato de Alvin Ailey.
Biblioteca do Congresso
dos Estados Unidos. Foto
de Carl Van Vechten.

SOUZA, M. L. E. História da África. In: PEREIRA, A. A. (Ed.). **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula**. Brasília: Fundação Vale, 2014. p. 11-30.

SPM. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009**. Brasília: SPM, 2009.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. Unesco, 2002.

- VARINE-BOHAN, H. DE. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Eds.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 17-19.
- VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.
- ZUBARAN, M. A.; MACHADO, L. M. R. Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, J. R. DE (Ed.). **Museus e Africanidades**. Porto Alegre: EDIJUC, 2013.
- ZUBARAN, M. A.; SILVA, P. B. G. E. Interlocações sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130-140, jan. 2012.



sistema brasileiro de museus



instituto brasileiro de museus



CULTURA VIVA

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL